

## CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA - CONEC 38º SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA - 2024/2025

## **MINUTA**

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2025. Ao decimo (8°) 2 dia do mês de Abril do ano de 2025, às 14h, de forma presencial e virtual na sala 3 de Cinema do Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 4 901 - Centro, Manaus - AM, 69400-901. Conforme comunicado de convocação 5 encaminhado em 03 de abril de 2025, e atingido o quórum mínimo, declaro 6 7 aberta a 38ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC. Em virtude dos poderes a mim investidos pela Lei nº 5.417, de 17 de março de 2021, 8 e pelo Regimento Interno deste Conselho, eu, CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE 9 OLIVEIRA assumo a presidência desta sessão e convoco para me auxiliar o 10 Secretário-Geral, Sr. PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO, conselheiro 11 titular da cadeira de Audiovisual. E, para compor esta Mesa Diretora, convoco 12 ainda a conselheira titular da cadeira de Teatro, Sra. JORDANIA DAMASCENO 13 GALDINO. Composta a Mesa Diretora, solicito ao Secretário-Geral que nos 14 informes o quórum de hoje. Nesse momento, informa que se encontram 15 presentes, além dos membros da Mesa Diretora, que representam as cadeiras 16 da SEC, do Audiovisual e Cadeira da SEDUC, os demais conselheiros titulares 17 e suplentes presentes nesta 38ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de 18 Cultura – CONEC com direito a voto, conforme lista anexa. O presidente: 19 Obrigado ao Secretário-Geral, agradeço a presença de todos. Dando início aos 20 trabalhos desta plenária, antes de seguirmos ao expediente, vou pedir escusas 21 a todos os conselheiros e a todos os presentes. Mas eu vou precisar me ausentar 22 23 e vou deixar os trabalhos sob a regência e o comando do nosso Secretário-Geral, Pedro Cacheado. Também peço desculpas pela voz, que hoje quase não está 24 querendo sair, em virtude da semana cheia que tivemos o que é bom, mas ao 25 26 mesmo tempo cansa. Dessa vez, cansou a voz. Então, Secretário-Geral, peço a 27 Vossa Senhoria que assuma os trabalhos a partir de agora. E, novamente, peço escusas a todos os conselheiros, aos amigos presentes e a todos que 28 acompanham online. Vou precisar me ausentar para uma reunião na sede do 29





governo. Obrigado. Secretário-Geral: Obrigado, presidente. Antes de darmos 30 continuidade, eu vou recompor está Mesa Diretora. Solicito que o conselheiro 31 André Durando, da cadeira de Danca, possa me auxiliar no secretariado da 32 reunião. Tendo em vista que não foram encaminhadas atas, dou continuidade ao 33 34 expediente com os comunicados e registros. Passo a palavra ao Secretário-35 Geral para ler O EXPEDIENTE. O conselheiro André Durand: - Informamos que continua em tramitação as nomeações das vagas de titulares das cadeiras 36 37 da FEPIAM e UEA, além dos suplentes das cadeiras de Cultura Popular de 38 Matriz Ibérica, Cultura Indígena, Música, SEDUC, UEA, Fórum de Secretários e 39 Gestores de Cultura. - Já a suplente de Teatro, a vaga se encontra aberta e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa refará o convite a um(a) 40 artista da área, em continuidade ao que legisla o Edital de Eleição de 2023 do 41 CONEC. - Iniciou a tramitação do pedido de substituição da suplente da cadeira 42 da AMAZONASTUR. Foi inaugurado mais um Liceu de Artes e Ofícios Cláudio 43 Santoro – Unidade Barreirinha/AM, em 05 de abril. - O Instituto Valendo 44 Economia Criativa estará realizando Festival Colaborativo de Criatividade nos 45 dias 21, 22 e 23 de abril, com mais de 100 atividades com foco em economia 46 criativa. A programação é diversa e totalmente gratuita e conta com parceria da 47 SEC. Inscrições estão disponíveis no site valendo.org.br. - Registramos que no 48 dia 27 de março foi o Dia do Teatro e do Circo, e parabenizamos as duas 49 50 cadeiras pela data. - Registramos ainda que no dia 28 de março foi lançado oficialmente o 58º Festival Folclórico de Parintins, que acontecerá nos dias 27, 51 28 e 29 de junho. Hoje é o Dia Mundial da Saúde, o Dia do Jornalista e o Dia 52 Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Esse é o expediente, 53 Sr. Presidente. O presidente: E sem mais nada para o expediente, diante da 54 extensa pauta indicada para esta reunião, suspendo as proposições e passo à 55 ORDEM DO DIA. Senhor Secretário, o que temos para a Ordem do Dia? O 56 conselheiro André Durand: Hoje teremos na pauta, Presidente: apresentação 57 do extrato detalhado dos recursos PNAB 1 - 2023/2024; andamento, 58 apresentação de minutas e escutas dos editais de Espaços, Pontos e Pontões 59 de Cultura (Cultura Viva); andamento da Lei do Conselho e da Comissão de 60 Constituição e Justiça; andamento do Plano Estadual de Cultura; projetos para 61 serem inseridos na reformulação do PAAR 2023/2024 (rendimentos); 62





contemplação dos proponentes do cadastro de reserva com remanejamento e rendimentos dos recursos dos editais; processo de escutas dos editais estaduais no interior do estado do Amazonas; processos de escuta do PAAR 2024/2025; e percalços dos editais da PNAB 2023/2024. Eu lhe devolvo a fala e, antes de lhe passar, gostaria de sugerir também, senhor, que nessa apresentação do extrato detalhado dos recursos, que será feita pela SEC, esse extrato seja bem visível e que, porventura, o cursor não altere a imagem e a informação precisa e fidedigna do edital e do extrato. O presidente: Obrigado, Secretário-Geral. Assim, vamos iniciar com a 1. APRESENTAÇÃO DO EXTRATO DETALHADO DOS RECURSOS PNAB 1 - 2023/2024. Suspendo a moderação pelo prazo de 5 minutos e concedo a voz para a Assessoria de Políticas Culturais, para conduzir a apresentação dos itens. Anne Paiva: Boa tarde a todos. Então, nós ficamos com algumas dúvidas em relação a esse item 1. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Só para constar, está aqui o recurso que está aí disponível, que seja adquirido um sistema de microfone para esse conselho, que a gente já vem lutando há bastante tempo. Quanto ao extrato, é o que foi solicitado aí. A gente pede encarecidamente da assessoria que ela atenda aquilo que a gente pede que é o valor corrigido do tempo em que ele está aí. A gente só quer uma coisa bem simples, apenas isso. Conselheiro Dudson Carvalho: Acho que o Vanderley já falou a mesma coisa. Doutora, os valores que vocês estão aplicando agora são aqueles valores destinados no edital, com remanejamento e tudo não é isso? Que houve alguns remanejamentos que não são em cima dos juros, está correto? Seria essa a informação? Porque está lá, quando saiu a segunda lista de contemplados com o remanejamento de verbas. Só para que eu entenda: não é de recursos, são de vagas, remanejamento de vagas. Então o valor é integral. O que está lá é aquilo que a gente planejou, e os juros estão inteiros, aguardando definição. Thiago Hermido: O remanejamento que está indicado lá nos projetos é de vagas. Por exemplo, não teve PCD, ou não teve vaga do interior, ou não teve pessoa trans, ou não teve... Entendeu? Aí esse remanejamento que está lá é o de vagas, não é remanejamento financeiro. Esse remanejamento financeiro vai acontecer depois, numa reunião que nós vamos fazer com vocês, inclusive, porque alguns itens de remanejamento não estão indicados, explícitos, nos editais. Então a gente quer trazer para os senhores

63

64

65

66

67

68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82 83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94



algumas propostas. Aí os senhores também vão fazer outras propostas, para gente entender como vai ser feito esse remanejamento. Mas isso, então, será possível depois que a gente vencer essa etapa de pagamento. Conselheiro Dudson Carvalho: Entendi, está certo. Senhor presidente, aí, no caso, esse mapeamento de valores, pelo menos no meu entender, doutora, seria o que tem, o que teríamos hoje, quais são os juros de hoje, para já irmos, dentro desse processo aqui, já entrar num processo, até pra adiantar o lado futuro. Thiago Hermido: Então tem que ser antes de todos os pagamentos, é isso? Conselheiro Dudson Carvalho: Isso, exatamente. Hoje, o que teria pelo menos é o que eu gostaria de saber, senhor presidente, quanto temos em caixa, para que a gente já possa começar a viabilizar pensamentos futuros com relação a esses juros. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Doutora, eu pediria, assim, de acordo com a necessidade dos artistas, fazedores de cultura, que esse remanejamento já fosse posto hoje, porque o cadastro de reserva existe e existe o recurso. Conselheiro André Durand: Conselheiro Vanderley, na pauta que o senhor vai ter mais 2 minutos para replicar a sua fala. Eu só queria contribuir, presidente, e repudiar a fala da assessoria. E, em tempo hábil, também gostaria de solicitar a portaria que nomeia e garante essa assessoria para estar aqui, até para a gente ter um embasamento melhor, e repudiar a fala da representante da portaria de não entender a temática solicitada pelos conselheiros. Eu repudio a sua fala, e a informação é precisa. E aí eu solicito a Vossa Senhoria, presidente, que o que a gente quer aqui seja apresentado nesta plenária de hoje. Nós não vamos aceitar 24 horas, 72 horas. Nós queremos hoje, e que esse extrato seja telado, para que todo mundo tenha conhecimento, porque chega de a gente baixar a cabeça, porque esse conselho foi legitimado. E nós estamos aqui, enquanto conselheiros, pedindo a informação precisa de que necessitamos para subsidiar mais discurso a respeito do tema, considerando que esse conselho é deliberativo, consultivo e fiscalizador. E, da próxima vez que tivermos uma pauta dessa também, senhor presidente, ou então, senhor secretário Caio André, gostaríamos de pedir a presença do responsável pela transferência bancária de todo recurso que tramita nessa Secretaria. Obrigado. Presidente: Eu acabei de ouvir um feedback aqui sobre como tá o online pra eles, e tá cortando muito. E assim, em período de votação, a gente vê se está estável se for o caso de



96 97

98

99 100

101

102103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126 127



votação, para que eles entendam a pauta. Doutora Ane, os pagamentos já estão sendo feitos? **Anne Paiva**: Nós temos um departamento, que é o Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria. Eles também têm acesso ao sistema e estão verificando as documentações, acessos em vias de... enfim. Eu não sei se algum pagamento já foi realizado ou não, porque nós não somos do Departamento Administrativo e Financeiro, mas posso verificar com eles. Presidente: Então, assim, o que a gente pede nessa... nessa é uma apresentação do extrato detalhado. É quanto entrou, quanto rendeu. Era pra gente ter uma noção, porque a partir daí existem outras pautas, por exemplo, que a gente já vai citar o remanejamento, pode ser que a gente decida votar. Então a gente precisava entender. Como passou muito tempo, né? Desde a nossa... da última apresentação do extrato, a gente já imagina que, pelo benefício do tempo, a gente tenha algum valor a mais. Eu lembro que da última vez que a gente, que eu fiz uma solicitação dessa, a gente recebeu um extrato mesmo impresso, do então secretário Apolo, e que não era um PowerPoint, porque isso foi uma coisa que a gente ficou, não colocando nada em xegue, mas assim, em dúvida sobre os rendimentos, como teria sido feito, etc. Não tendo isso hoje, a gente precisava entender como que a gente vai poder receber isso em pleno, porque, na verdade, aqui a gente faria um demonstrativo que é... eu acredito que seja muito melhor do que enviar o extrato para todo mundo. Conselheiro Elson Rocha: Boa tarde a todos. Só para passar a informação que eu já passei o link também, vou passar novamente o link do Painel em relação à PNAB. Então o Amazonas, ele recebeu lá, ele tem o valor que recebeu, o rendimento e o saldo atual. O Amazonas recebeu R\$. 38.702.531,53 (Trinta e oito milhões, setecentos e dois mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos). O rendimento, por se tratar de ser uma verba de 2023, está atualizado de primeiro de março, rendeu R\$. 3.793.494,32 (Três milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos). Esse é o rendimento. O saldo em conta: R\$. 41.000.799.635,19 (quarenta e um bilhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos). O Valor utilizado: R\$. 696.390,66 (Seiscentos e noventa e seis mil, trezentos e noventa reais e sessenta e seis centavos). Nós utilizamos até agora 1,64%. Thiago Hermido: não, vocês não solicitaram o



129130

131

132133

134

135136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159 160



extrato. Essa informação aí é diferente do Painel. Ela é pública, é normal. Inclusive, também já foi apresentado para os senhores como acompanhar essa parte. Mas, pelo que eu entendi, é a questão do extrato mesmo, do banco e tal. É isso?. Que aí é um pedido que tem que ser solicitado para o departamento, aí eles vão fazer assim para ela. É. Não, não mudou, porque o recurso que foi usado aí é o recurso da busca ativa. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Essa solicitação foi passada com quanto tempo? Quantos dias de antecedência esse pedido? Porque a SPC chega aqui de mão vazia e não traz nada. A reunião é discutida justamente o ponto lá, é em cima disso aí, para gente tomar uma definição, apontar alguma coisa, saber o que pode fazer, o que não pode, eu vejo assim: que a gente está andando com o freio de mão puxado há muito tempo, olha, sinceramente, decepcionante. A gente está aqui hoje, a gente não tem uma coisa palpável para discutir e tratar, com todo o respeito, o SPC, mas tá sendo negligente com a gente e ainda fica com raiva. Quando a gente cobra, sai do grupo. A gente pergunta para quem alguma coisa? Perguntar para quem, para o Papa? O secretário não pode, por isso que ele tem funcionário da Secretaria, que é justamente determinado pra atender à necessidade desse conselho. E a gente não pode perguntar porque tem raivinha e sai do grupo. Não pode responder a um conselheiro algum questionamento que se trata especificamente disso que está sendo discutido agora. Isso aí causa indignação. Não sei quanto a vocês, se perderam a capacidade de se indignar, mas eu me sinto indignado por essa situação aí, a palavra é essa. Presidente: Sendo assim, solicito à assessoria que peça ao departamento adequado e que nos transmita a informação assim que possível. E, numa ocasião de uma extraordinária, a gente apresenta. Eu vou passar para a pauta seguinte, que é 2. ANDAMENTO, APRESENTAÇÃO DE MINUTOS, ESCUTAS DOS EDITAIS DE ESPAÇOS, PONTOS E PONTÕES DE CULTURA (CULTURA VIVA. São cinco editais. E aí a gente tem um que é de coletivos informais. Conselheiro Dudson Carvalho: Só solicitar, se houver essas dúvidas com relação à pauta, que seja pontuado antes, já que tem um tempo hábil para se formar pauta e tudo. E, havendo alguma dúvida, acho que cabe sim ir lá e perguntar, normal, do que se trata, o que exatamente vocês querem. E não chegar à reunião para acontecer isso, porque aí toma as dores, está todo mundo aqui aquardando uma resposta dessa



162

163

164

165 166

167

168169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181 182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192 193



natureza, até para levar para os seus segmentos e dizer: aí, rapaziada, o que a gente pode? O que devemos fazer com isso? Então, eu acho que não cabe realmente chegar à reunião para se tirar uma dúvida com relação a uma coisa (....). Conselheiro André Durand: Até daqui a pouco, antes de encerrar a reunião, eu vou entrar com uma manifestação do Ministério Público, e eu gostaria de pedir ajuda da assessoria jurídica do conselho. Eu vou comunicar à Procuradoria-Geral da União, pois estamos encontrando omissão de um extrato que poderia ser disponibilizado agora e já estão jogando para um outro setor. Se fosse o ex-gestor, que compactuava com a maldade, já estaria aqui. Mas, como é uma pessoa que assumiu agora e que veio para trabalhar e fazer as políticas de fato da cultura acontecerem e atingirem lá na ponta os bolsões da pobreza e da extrema pobreza, estão nos omitindo. E outro: o nome já diz assessoria. E quando se diz assessoria, a gente tem várias interpretações. Aí saem dos grupos e a gente não consegue ter essa informação. E eu queria também repudiar, senhor presidente, que hoje a gente procura a assessoria administrativa desse conselho para informações e não está tendo. Eu não quero entender que estejam sendo obrigados a não nos auxiliarem e a não contribuírem com as informações, a exemplo do que aconteceu com o vazamento do e-mail que foi disponibilizado para aquele proponente sobre o qual estávamos requerendo informações. Obrigado. Thiago Hermido: Eu gostaria dos repúdios por escrito, citando a assessoria, por favor, e com o nome dos conselheiros nominados, que também gostariam de repudiar, com todos os setores tanto o poder público, quanto a sociedade civil. Por favor. Presidente: Podemos passar para a pauta seguinte. Bom, o encaminhamento da pauta que já solicitei. E a assessoria de políticas culturais pede para que sejam formalizadas as notas de repúdio. E o ANDAMENTO, APRESENTAÇÃO DE MINUTOS, ESCUTAS DOS EDITAIS DE ESPACOS, PONTOS E PONTÕES DE CULTURA (CULTURA VIVA). Vocês trouxeram esse? Anne Paiva: Conselheiros, eu não sei se os senhores estão cientes, mas a assessoria de políticas culturais, como o nome bem diz, ela está também assessorando os outros departamentos no que diz respeito à análise de documentação e processo de pagamento. Nós estamos atendendo o público. A realidade é que, da mesma forma que os senhores, desde o final do processo dos editais, do lancamento das listas, nós estamos atendendo tanto o público



195196

197

198 199

200

201202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225226



quanto dando apoio também para os outros departamentos da nossa Secretaria. Então, nós estamos em um trabalho intenso para solucionar e de uma forma ágil todas as questões relativas à PNAB. Como os senhores sabem, a gente está em período das pessoas tirarem dúvidas de conta bancária, de certidões, e nós estamos agilizando isso junto aos fazedores de cultura. Como os senhores bem sabem, nós somos uma assessoria composta de quatro pessoas. Nós temos essas mãos que estão realizando esse serviço. Então, nesse período, nós não fizemos nenhuma alteração nos editais. O que houve de alteração nos editais, dessas minutas? Teve a reunião com os senhores. Os senhores fizeram alguns apontamentos e, a partir daí, estávamos fazendo as adequações para conversar com o Trocando ideias. Está nesse ponto. Presidente: Anne, quando eu pedi essa pauta, era nesse sentido mesmo, de que a gente chegou a fazer até a última devolutiva dos (....). É basicamente isso. Surgiu um outro que a gente acabou aprovando na última reunião ordinária, o edital para coletivos informais, porque foi uma discussão que inclusive houve nessa sala, de que eles estavam entendendo que seria necessário, para iniciar com os coletivos informais. E aí agora, nós hoje estamos no dia 7. E aí, gente está, se eu não me engano, a 49 dias do encerramento do prazo. E aí a gente precisa dar início. Como a gente ainda não tem a formalização com o Trocando Ideias, está em processo de análise e de averiguação. A gente já queria olhar as minutas com as alterações, para começar a se preparar para ver como podemos adiantar um processo, que de repente, se der tudo errado, já estaremos preparados para seguir com o edital, seja lá como for. Então, assim, a gente não tem, como vocês bem sabem, a gente não tem as solicitações que são feitas por e-mail, então, quando sai o menu, está lá. Vocês recebem esses pedidos de alteração ou sugestões. Acho que já passou tudo por aqui. Depois não houve mais prazo. E é esse o material que a gente quer, se não estiver pronto. Eu queria já me disponibilizar para tentar assessorar vocês de alguma forma, para ver o que a gente pode fazer e como formar um calendário aqui, porque se deixarmos muito para cima da hora entre lançamento, busca, orientação e pagamento, a gente não pode perder nenhum prazo. Então, eu gostaria de encaminhar assim. Não tendo, a gente precisa arrumar um tempo dentro de todo esse furdunço aí. A gente também está, todo mundo, assessorando. Acho que quinta-feira eu fui lá na assessoria,



228229

230

231232

233

234235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258259



eu sei que o WhatsApp que está disponibilizado, ele está sob demanda. Sempre que a gente pode, com os fazedores de cultura que entram em contato com a gente, estamos no auxílio para que encaminhem a antecipação. Até onde eu sei, os prazos são 14 e 17 dos editais, para apresentar a documentação. Falas (inaudíveis). Certo? Então, a Anne disse agui fora do microfone que guer tratar com a gente sobre os prazos de apresentação dos documentos, porque o que está acontecendo? em tempo. Na janela de atualização do cadastro, que foi feito até setembro do ano passado. Os editais abriram na sequência, em outubro, novembro, final de outubro, início de novembro. E, para celebrar... porque aí já não é do departamento da assessoria nem do cadastro, para celebrar os contratos, a DECOF pede que seja com, no mínimo, 90 dias de comprovante de residência anterior à data da apresentação. E aí, na maioria dos casos, é só esse documento que falta, o comprovante de residência. Então, é isso. Se alguém quiser falar sobre esse ponto, mais uma vez, a gente vai ter que vencer e passar para o próximo. Sendo que, assim, aí eu queria que vocês pensassem, Thiago, quando seria o ideal. Então, vamos às inscrições. Quem se inscreve? Anne Paiva: Eles estão em andamento no sentido de que está tramitando o processo do Trocando Ideias para eles serem contratados e fazerem a publicação desses editais. O andamento disso também envolve as reuniões que os senhores estavam fazendo. A última reunião já veio com alguns apontamentos de alteração nas minutas que haviam sido postas para consulta pública depois das escutas. Então, esses são os dois andamentos desses cinco editais. Presidente: Já sanamos todas essas partes. O que precisa agora é a compilação do texto final. Anne Paiva: A criação de uma minuta que não existia, que era a de premiação, o edital de premiação. Presidente: Que a gente está chamando de coletivos informais. Anne Paiva: Que na verdade é uma premiação para tudo, deixando claro que a legislação diz que ele pode ser premiação para ponto de cultura. Só para deixar claro como é que a gente vai ter que trabalhar com ele e a adequação dos outros editais, os que os senhores votaram pelas alterações, adequar a minuta, no caso, para que os senhores vejam novamente. Conselheiro André Durand: Eu fiquei feliz quando o senhor abriu um adendo sobre a questão do comprovante de residência, que o senhor citou a assessoria que não é de competência. E aí a doutora disse que são muitos trabalhos e tudo,

261

262

263

264265

266

267268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280 281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291292



mas teve um fazedor de cultura que mandou um WhatsApps para a senhora e a senhora iria falar com ele no devido número. E esse fazedor ficou insistindo e não teve um posicionamento, até mesmo porque a gente não tinha conhecimento que, para celebração, precisaria de um comprovante de residência atual. A maioria dos fazedores de cultura que moram no interior estão com comprovante de vida e residência que vale por tempo indeterminado. E a pessoa continuou insistindo, e depois ela disse: "Por favor, informem como devo proceder com essa atualização de comprovante." Foi quando eu fui até a SEC para tentar sanar e a gente descobriu aquele e-mail que tinha que encaminhar, e a gente disparou para esses fazedores de cultura. E aí a gente fica a se perguntar: se tem uma ferramenta que não pode ser utilizada, qual é a serventia dessa ferramenta? É muito complicado. E aí a senhora cita que são quatro funcionários apenas na assessoria. A senhora tem 11 conselheiros da sociedade civil que poderiam muito bem contribuir para que a gente avançasse cada vez mais. E, Thiago, eu espero que, quando você diz que o documento tem que ser formalizado com o nome dos conselheiros que repudiam, eu já respondi um processo. E com certeza eu fui bem assessorado pelo advogado. Então assim, eu não tenho medo nenhum. Então, o fato de eu repudiar a fala de vocês é porque ela não condiz com a função que vocês têm. A gente precisa ter um amparo maior e melhor de vocês para esses pares que estão aqui. É nesse sentido que a gente pede: que repudio a fala quando diz que não sabe qual é a questão aqui do primeiro item que já passou. Então, doutora, a gente precisa encontrar mais uma ferramenta que possa cuidar desses fazedores de cultura que estão no interior. A senhora disparou esse número? A pessoa insistiu várias vezes. E não é um robô que está respondendo, doutora? É pessoa física que está lá? Conselheiro Dudson Carvalho: É só questão de esclarecimento. Nós falamos aí de cinco editais, não é isso, que estão nessa fase. O conselheiro Pedro coloca a situação de outra, que seria daquele edital que foi tratado aqui naquela última oitiva, que quer alterar isso aí. Isso é novo edital ou incluso nesses editais que estão vindo? É, eu considero só um esclarecimento. Anne Paiva: Inicialmente eram quatro editais, e aí teve a escuta e depois a manifestação dos senhores, e optou-se por fazer mais um edital de premiação. Conselheiro Dudson Carvalho: E essa verba viria de onde, doutora? Anne Paiva: Divisão dentro dos editais da Cultura



294295

296

297 298

299

300 301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325



Viva. Conselheiro Dudson Carvalho: Dentro da Cultura Viva, dos valores da Cultura Viva, e não de valores de rendimento. É isso? Anne Paiva: Não sei, vocês é que têm que votar. Conselheiro Dudson Carvalho: Ah, tá, então ótimo. Isso, foi falado em reunião que aí teria que alterar o PAAR que foi enviado. Anne Paiva: Nós, inclusive, tivemos uma conversa com o MinC, tivemos uma conversa informal, e a gente também participou de reuniões em que se falou sobre isso. A alteração do PAAR não precisa ser dentro do sistema se ela não for uma alteração substancial. Uma alteração desse tipo, que é a utilização de rendimentos, a gente consegue informar na prestação de contas daquele ano. Conselheiro Dudson Carvalho: Vamos continuar com o esclarecimento, tá, Pedro? Só para que não haja dúvida para os senhores conselheiros, tanto presencial, quanto no online, quanto para o pessoal do interior. O que acontece? Esses rendimentos, eles são tirados de onde? Daquela verba destinada ao Cultura Viva? Tipo assim, isso é uma fatia da Cultura Viva, isso é uma fatia da PNAB? Enfim, então quer dizer que esse novo edital vai ser retirado apenas dos juros dos pontos de cultura, é isso? Anne Paiva: Exatamente. Conselheiro Dudson Carvalho: Só para que se entenda, viu, Pedro? Porque daqui a pouco a gente vai estar votando o que vai estar sendo feito com os juros dos demais segmentos, das demais funções, e a gente precisa estar com isso bem claro. Então, o quinto edital, esse edital que foi proposto aqui, esse valor viria exclusivamente da linha dos pontos de cultura e não dos editais da PNAB. Só para ficar separado das coisas, para que não haja uma discussão num todo, porque, Pedro, quando se trata de verbas de segmentos, quem tem que decidir são os segmentos, não é o povo que veio após uma oitiva que vai dizer que o dinheiro vai vir da música, vai vir das artes visuais, vai vir do circo, enfim. Então que fique bem claro que, se houve uma escuta que eu participei, inclusive, que esse valor que está sendo agregado ao quinto edital seja dos juros da Cultura Viva. Era isso. O Presidente: Só para esclarecer aqui: os editais de linguagem, eles já foram. Nada vai... isso não pode mudar mais, já estão na rua, já está em processo de pagamento, não vai mudar os valores, certo? Aí a gente conversou, faltava só tudo que está agora do Cultura Viva, que é o que a gente está discutindo. Dentro do valor do Cultura Viva surgiram as distribuições que foram feitas, inclusive posteriores. A gente falou que dos pontões ia diminuir o valor.



327328

329

330 331

332

333 334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346 347

348

349 350

351

352

353

354

355

356

357 358



Essa discussão já foi feita, depois da devolutiva, que inclusive foi feita nessa sala. Aí a gente votou numa reunião ordinária lá na Caverna, que eu acho que foi a de fevereiro, que se faria para esses editais todos, chamando de coletivos informais. Mas é no edital de premiação para os coletivos informais, que estão escritos lá como dentro da Cultura Viva, como ponto de cultura. Então tudo isso está dentro da PNAB. Só para gente entender. Então, dentro desse processo da PNAB. existem as verbas de linguagem, de fomento, pontos e pontões, espaços... espaços públicos que, inclusive, a gente precisa definir quais são os espaços que a gente vai que está bem enrolado. E aí surgiu só esse novo edital, que eu acho que assim... eu não acho que teria necessidade de fazer uma nova minutagem, de fazer a passagem de minutagem pelo público, porque o que a gente entendeu é que era de pontos de cultura. Hein, Anne, o que tu achas? Isso é possível? Porque assim, essa já foi uma sugestão baseada no edital de pontos de cultura. Conselheiro Dudson Carvalho: É exatamente isso, Pedro, que me preocupa. O que acontece? A gente vai começar de novo um processo, não é isso? Vai ter que ter uma minuta desse outro edital, vai ter que ter toda uma consulta pública para isso, com prazos. O que a gente precisa deixar bem claro é que, se a gente vai começar um processo do zero novamente, a gente está bem atrasado para isso. De se ter um edital, o quinto edital, eu só quero entender isso para deixar isso bem claro. Outra coisa: dizer que está tudo dentro do bojo da PNAB significa que você vai pegar todos esses juros e direcionar para esse novo edital que foi conversado. Aí eu digo, onde é que fica a justiça com todo um processo que está sendo desenvolvido, com essa fila de espera que a gente pode estar decidindo aqui que pode ser começada a chamar na sequência, certo? O que é de pontos e pontões e que tem juros para isso? Tranquilo, que se faça. Se houver tempo hábil para se fazer todo esse processo em dois meses, que se faça, porque a gente precisa acabar isso até junho, no máximo até junho. Então é esperar que o governo federal dê mais prazo. Isso é muito temeroso, penso eu. Estou falando pelo meu segmento, que juros que pudesse ser aportado para chamar os reservas, que seja feito. E, com relação a pontos, que se separem o que é de pontos, que veja os juros que tem e que se aplique no novo edital, não de um todo, não de uma soma total. (Inaudível). Então, Pedro, espera aí. Se for por decisão, por decisão, então não se tem novo edital, porque



360

361

362

363 364

365

366367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391



ficou acertado e planilhado foi isso. Aí se chama uma reunião onde vinte, trinta pessoas se reúnem numa sala e se decide por um novo edital. Me desculpa, aí você vai tirar dinheiro dos segmentos para estar fomentando, aí realmente não existe. O que foi decidido foi decidido antes. (Inaudível) e se fez uma outra oitiva pós PAAR onde ficou decidido que se iria encaminhar nesse sentido, certo? Thiago Hermido: Conselheiro, só me permite um esclarecimento. Primeiro de julho, é os 60%, a previsão da data, os 60% vão ser superados tranquilamente com o pagamento de todos os editais. Então, primeiro de julho é só os 60% dos recursos, não é que a gente precise até o primeiro de julho executar todos os editais ou todo o planejamento do PAA. O que nós precisamos executar até dia primeiro de julho é os 60% do recurso para receber o segundo ciclo da PINAB, ou seja, quando a gente encerrar os pagamentos, a gente vai estar cumprindo praticamente 80%, 70 a 80% do recurso da PINAB, então para recebimento do segundo ciclo. Então não é que a gente tenha até primeiro de julho para fazer, pagar os 4 editais e tal, não é isso, só para uma questão de esclarecimento para que vocês figuem tranquilos em relação a isso. [inaudível]. Mas quais estados têm 100% Dudson? Não, mas não é uma corrida, é tentar fazer as coisas da maneira mais tranquilas. Thiago Hermido: Não é aceitável. O que eu estou tentando é esclarecer. Conselheiro Dudson Carvalho: Mesmo com seu esclarecimento, estou indo no sentido inverso. Eu estou dizendo que a gente tem uma decisão daqui para cumprir, se Deus quiser, os 100%. Vamos parar com essa história de faz de conta, que nós estamos há 10 anos com esse dinheiro no cofre. Isso é vergonhoso, um ano com esse dinheiro no cofre. O que que está faltando? Será que é incompetência deste conselho? Será que é falta de vontade política? Será que é a assessoria que não tem força suficiente para tocar o barco? A gente precisa achar onde está esse problema, gente, vamos lá. Se somos nós, conselheiros, que digam: "olha, os conselheiros estão atrasando o processo". Então não adianta vir com história. Então vamos nos ajudar, beleza. Entra a assessoria, entra a vontade que o secretário está com uma vontade política imensa de fazer a coisa andar e entra o nosso esforço, Pedro. Se a gente se dedicar a isso em caráter definitivo, porque não é aceitável que a gente vá fazer 70 a 80%. Vamos tentar fazer os 100% e liberar o outro dinheiro. A gente poder estar acessando isso de forma integral. Vamos começar a pensar dessa



393 394

395

396 397

398

399 400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412 413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423 424



maneira, porque senão o compromisso de estar colocando acima de 60% para receber um novo dinheiro é dinheiro pra um ano, um ano e pouco. Conselheiro Vanderley Pinheiro: a gente está discutindo aqui, o formato de novos editais. O negócio é o prazo, meu amigo, que não sai. Eu faço coro ao que o rapaz fala aqui. A gente não pode se basear por aquilo que se entende como aceitável. A gente tem que buscar uma praticidade maior no processo. Porque o recurso, se não tivesse recurso, tudo bem, mas tem o recurso, existe o recurso. Vamos fazer um esforço desse conselho, seja lá de quem for tirar, deixar a vaidade de lado, deixar a mágoa parece que existe. Existe uma mágoa contra esse conselho, algumas pessoas parecem que até hoje não aceitam que a gente faça parte desse conselho. Eu fui eleito e reeleito como conselheiro representante do circo. Eu sou legítimo, de forma democrática. O poder público tem que me engolir. Eu não vou me curvar. Intimidações, falas agui que vêm, vêm ao encontro de guerer persuadir o conselheiro enquanto representante, ele tá aqui não é para fazer gracejo ou baixar a cabeça, não, ele está aqui para fazer o trabalho dele. Cadê, quando é que vai ser lançado o edital da Cultura Viva? Tem um prazo estipulado? Tem uma data específica? Mês tal, dia tal? Não tem. É isso que a gente espera. Presidente: Eu queria falar duas coisinhas assim, rapidamente. Uma é que, dentro dos ofícios que foram mandados, sobre a estruturação da equipe técnica da administração do conselho, foram solicitados microfones, etc. Isso está em tramitação, e depois dessa reunião aqui eu vou cobrar todo dia, do presidente Caio André. E aí, só um esclarecimento: só tem um edital que precisa ser minutado e colocado a público, que é esse edital dos coletivos informais, porque a gente até chegou a definir o número de prêmios se eu não me engano, são 12, no valor de até R\$. 30.000 (tinta mil reais). A gente chegou a definir aqui tudinho: 6 vão para o interior, 6 vão ficar aqui na capital. Conselheiro Maick Soares: Presidente, eu fico preocupado com o nível, e aí peço licença dos demais colegas. É claro que preciso ter uma conversa a fundo para saber o que que tá acontecendo, mas eu acho que o nível também tem que ser um pouco mais moderado. Eu acho que aqui é um conselho, a turma está eleita pelo seu segmento, nós, enquanto poder público, indicados pelo nosso segmento eu também fui eleito pelo meu para estar aqui. Mas eu acho que é necessária uma conversa entre vocês depois pra saber o que que tá acontecendo. A questão



426 427

428

429 430

431

432 433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445 446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457



burocrática, às vezes, atrapalha um pouquinho o andamento das coisas. Eu sei que isso gera um pouco de ansiedade também, e percebo na fala dos colegas até um pouquinho de revolta no sentido do andar das coisas. É claro, é preciso agilizar, é preciso, mas é preciso compreender o que que está acontecendo. Também acho que algumas falas, me perdoem, mas eu acho que elas são um pouco de excesso. Eu acho que não é nesse nível. Acho que um conselho como o nosso, até para que a gente ganhe um respeito cada vez maior das pessoas de fora, a gente precisa se respeitar internamente também. Então acho que foge sim um pouquinho. E aí, como eu disse, peço licença e peço perdão também pela minha fala, mas eu acho que tem que ser um pouco mais ponderado. Tem níveis de cobrança, mas eu acho que algumas falas aqui acabam fugindo um pouquinho. É preciso compreender o que que tá acontecendo, por que que não tá andando. O poder público tem muita burocracia. Eu acho que, quando se traz uma equipe para colaborar e ajudar, como é o caso da consultoria que já está em andamento por esse conselho, acredito que isso vai resolver uma boa parte dos problemas que estão acontecendo. Mas acho que a equipe também já falou que está com um time pequeno para tocar uma série de coisas. Então é preciso ver de que forma a gente agiliza logo isso para resolver. Mas a minha fala é muito nesse sentido mesmo. Acho que algumas falas têm que ser um pouco mais ponderadas. Eu não estou aqui interferindo na liberdade de cada um, não, mas eu acho que todos nós temos. A respeitabilidade também é algo que tem que estar sempre presente aqui, nas nossas considerações. É só isso. E não me levem a mal, muito menos distorçam o que eu estou falando, eu estou dizendo no sentido mesmo da garantia da harmonia. Eu acho que a gente pode ser duro, pode falar, mas tem um nível também de ponderação. Eu falo não só dessa reunião, mas em outras reuniões já ouvi coisas que eu acho que o nosso nível de conselho tem que ser um pouco mais educativo nas nossas ações. É isso. Conselheira Jordania Galdino: Eu gueria dar umas sugestões para a ASPC. Sempre vem essa demanda que a doutora Anne sempre fala, que não tem gente o suficiente, não tem isso, não tem aquilo, mas a gente não consegue, nós, como conselho, dar uma solução. Aí eu tenho que concordar com o Maick nessa questão, da gente começar a dar sugestões. Nós somos um conselho. Eu acho que a palavra "conselho" vem de aconselhar. Eu penso dessa maneira, não sei



459

460

461

462 463

464

465 466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478 479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490



se estou errada, mas eu penso assim. Então, assim, eu vi todas as falas aqui, principalmente da SPC, e me estranha um pouco essa questão de não trazer uma coisa palpável, como essa do extrato detalhado, que eu não sei se essa informação da pauta já chegou até a doutora Anne, da SPC, junto com o Thiago, porque realmente a gente precisa ter esse detalhe do extrato pra poder saber todas as situações que estão ocorrendo. Porque o dinheiro está aí, gente, o dinheiro está em conta. É preciso esse dinheiro girar, é preciso esse dinheiro sair. E aí eu vou concordar com o Dudson quando ele fala que a gente tem que utilizar tudo, os 100%. A gente precisa saber por que que tá se guardando tanto esse dinheiro. Esperando tanto os juros em cima de juros? Não sei, ainda não entendo. Para mim isso não ficou claro E a sugestão que eu queria dar, para que a gente pudesse, doutora Anne e Thiago, ter cautela e um apoio melhor para o interior, é em relação a essa demanda que o André falou agora, que veio muitos artistas também falar comigo, da questão desses convênios, com essas dúvidas de conta. Eu acho que até cheguei a falar para senhora no PV, mas graças a Deus eu consegui resolver, e o rapaz lá tirou a conta dele, eu acho que ele chegou até a falar com o conselheiro Pedro Cacheado também, para poder dar umas sugestões de ajuda nesse ponto. Mas, por mim, eu acho que a minha sugestão é que teria que ter um telefone mais específico, um telefone específico para o interior, porque eu sei que a demanda é muito grande. Ter só um telefone corporativo, como a senhora mesma falou para mim, eu acho que teria que ter um e-mail específico e um telefone específico para o interior. Isso é uma sugestão minha como conselheira. Eu estou colocando isso, o pessoal da capital, eu sempre coloco para o pessoal do teatro, para qualquer artista: "Poxa, vocês estão na capital. Não custa nada vocês irem lá na salinha da PNAB para tirar todas as dúvidas, resolver o que tem que resolver, o convênio de vocês, para tirar a dúvida. Vão lá, poxa, saiam um pouco do WhatsApp para desafogar um pouco." Eu até brinco com eles: "Mas é bom que eles atendem." Essa questão de solução aí: "Ah, ainda estou me atendendo no WhatsApp..." Beleza. "Você está na capital, vá lá na salinha da PNAB." Muitos deles eu tenho feito dessa forma. E eu acho que, no meu ver, secretário geral, é preciso se fazer uma força-tarefa. A gente precisa ter as nossas reuniões extraordinárias práticas, pra gente poder fazer o outro trabalho que o senhor está tanto querendo, conselheiro



492 493

494

495 496

497

498 499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511512

513

514515

516

517

518

519

520

521

522523



Vanderley: o plano de trabalho para a gente poder realmente assumir tudo isso que a gente está querendo. Então, eu queria que vocês olhassem melhor essa questão do interior. Pensem nisso com carinho: que tenha, sim, um e-mail, que tenha, sim, um telefone específico para o interior, para que essa demanda seja atendida de uma forma mais humanizada, em vez de um robô. E até hoje eu não sei se aquilo é um robô também. Eu já testei também. Então é isso, obrigada. Conselheiro Elson Rocha: Então, pessoal, quando a gente fala de prazos, nós temos uma preocupação ainda maior. Agora há pouco vi o Gororoba perguntando: "E o edital, quando sai?" Enquanto a gente não tiver plataforma, não sai edital. E aí é onde a gente pede agilidade para que a gente tenha a plataforma, senão não vai ter edital. Enquanto não tiver a plataforma. Então, que a PGE já deu o relatório favorável à contratação. Está tendo algumas postagens aí de forma atrelada à forma irresponsável de passar a informação errada, porque não existe empresa, não existe edital onde vai gerir todo o dinheiro do Estado. Então, isso é uma grande mentira atrelada por um grupo que fez um trabalho que, quando a gente visita o interior, a gente tem muita cobrança diante disso. Mas nós estamos aqui, os conselheiros estão aqui para montar uma comissão para receber a denúncia dessas pessoas. Nós não estamos aqui para censurar ninguém, mas a mentira nós vamos estar agui sempre para mostrar que em nenhum momento houve pedido do Ministério da Cultura ou algo do tipo informando empresa para cá. Houve, sim, uma apresentação para os conselheiros, e todo mundo procurou, diante da dificuldade que tínhamos na plataforma passada. E aí a gente só pede que tenha agilidade e que esse tipo de denúncia, em relação a isso, a gente pode montar uma comissão aqui também, mas que seja também para atender o interior. Porque teve empresas pegando o dinheiro do interior, fazendo pessoas atravessar o rio para entregar projeto manual, porque não botou plataforma no ar. Então, que a gente possa também fiscalizar o interior. Porque, se para a gente aqui em Manaus foi difícil, com uma plataforma que deixou muito a desejar, imagina o interior, onde não tem internet e a pessoa ainda está fazendo de forma manual? É isso Thiago Hermido: Só para esclarecer novamente, sei que às vezes é difícil, mas vamos lá. A gente teve uma mudança de gestão e, nessa mudança de gestão, também tiveram mudanças de pessoas. Quando a Anne fala que a gente está



525

526

527

528 529

530

531532

533534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555556



assessorando vários setores, é porque vários setores têm muitas pessoas novas, desde pessoas no novo sistema até pessoas no jurídico, por exemplo. A central de programação. Acho que só não no DAF, que é o financeiro, que é o mais tranquilo. São essas pessoas que a gente também tem que assessorar lá dentro da Secretaria, além dos artistas, do trabalhador da cultura. Hoje a maioria do gargalo está no jurídico, não é a gente. Que é essa formalização de processos. E aí as coisas estão andando. O que o Elson também está solicitando é lá. Vai da gente aqui levar, pedindo celeridade, pedindo que façam o mais rápido possível. Hoje, desde o chefe de gabinete até o chefe do jurídico, acho que só não a gente, são todas pessoas novas que estão nessas chefias. Então, são pessoas que também estão aprendendo. Essa é a real, porque nenhuma veio da área cultural. São pessoas que têm outro entendimento. Mas estamos conseguindo, está rodando, está indo. É um momento um pouco mais desgastante, porque a gente sabe que não é fácil lidar com algumas situações dessas. A gente sabe que a cobrança é grande. Muitas delas nem conhecem os senhores no sentido de conselho ainda. Algumas estão tendo esse contato, mas a gente está conseguindo superar esses processos e eu acredito que a gente consiga acelerar ainda mais, porque acho que o entendimento já foi pacificado de como funciona, de qual é o fluxo, de como isso roda. Essa equipe não é a mesma da LPG, é outra equipe. O sistema que está sendo feito agora não é o mesmo da LPG, é outro, com outras pessoas. Então é dessa forma que a gente tenta dar a celeridade, tenta fazer da melhor forma possível. Eu sei que, para algumas pessoas que não trabalham, às vezes pessoas que talvez nem geriram projetos, às vezes não sabem nem como gerir projetos ou não têm experiência nenhuma com o poder público, acham que é mais fácil, é simples, é rápido. Mas eu acredito que a gente está conseguindo, do nosso jeito, ainda que os senhores achem que de forma incompetente, fazer um bom trabalho sim e superar todos esses entraves. E a gente pode sim, Pedro, fazer. Eu acho que o primeiro deles é uma... E aí os senhores podem ou montar uma comissão ou participar por completo. Eu acho que o primeiro deles tem que ser com o próprio Trocando Ideias, porque eles precisam, já de cara, desenhar esse sistema que o Elson comentou: o questionário, as APIs para trazer as informações do cadastro ou não, se a gente não vai trazer a informação do cadastro, talvez para dar mais



558559

560

561 562

563

564 565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588 589



celeridade. Enfim, há vários pontos que a gente acredita que talvez a primeira conversa lógico, não antes de vocês receberem as minutas, vocês recebem as minutas, vejam se está tudo de acordo com o que nós conversamos e essas minutas são encaminhadas para a gente iniciar esse processo de elaborar o que seriam os questionários para esses editais, junto ao Trocando Ideias, para que eles possam formalizar, formatar esse novo sistema. Eles falaram para a gente que conseguem fazer muito rápido, porque já têm uma base, já fizeram outros editais da Lei Cultura Viva, então seria rápido, vamos dizer assim. Então acredito que a gente consegue sim. Podemos propor, se vocês também tiverem sugestões, para que a gente consiga amarrar essas datas. E se não concordarem, apresentem também um novo cronograma. Mas a gente consegue montar o mais rápido possível para vocês. Lembrando que nós recebemos essas minutas da pauta na quinta-feira. Concordo com o Dudson, sim, e com os conselheiros, de que a primeira pauta, de fato, não deveríamos ter esperado aqui para tirar dúvidas, mas as restantes a gente realmente, pelo tempo, não tínhamos como fazer. Anne Paiva: Em relação à contratação do Trocando Ideias, já teve também, depois do parecer da PGE, voltou para a Secretaria, teve o parecer jurídico, teve já a publicação do extrato da inexigibilidade no Diário Oficial, e ele está aquardando as duas rescisões contratuais daquelas duas empresas que vocês tinham, de hospedagem e transporte. Uma já tinha sido feita a rescisão, a outra estava sendo feita a rescisão entre ontem, hoje e amanhã vão entre sexta, hoje e amanhã, e aí, para usar esses valores, anula-se o empenho e faz o empenho do Trocando Ideias. Depois de fazer o empenho, contratação e acabou. É isso. Então, estamos faltando duas fases para finalizar a contratação do Trocando Ideias. Conselheiro André Durand: Doutora, no caso, não vai contar com o final de semana? Vai contar como dia útil? Com dia útil? Anne Paiva: Sim, a gente só trabalha com dia útil. Trabalha com fim de semana quando a gente está falando de recebimento de documento para os editais, mas contratação, infelizmente, tem que trabalhar com dia útil. Vai ter que apanhar fim de semana. Conselheiro André Durand: Na fala do Élcio, quando a gente diz que não se pode atrelar essas fake news para atrapalhar o processo. Como vocês também, enquanto assessores, sempre disseram: se é o melhor para a classe, então vamos lá, vamos trabalhar para que seja realmente o melhor



591 592

593

594 595

596

597 598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610 611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621 622



para a classe. Thiago Hermido: Não chegou nenhum tipo de denúncia para a Secretaria, por escrito, formalizado, ouvidoria nem nada. Conselheiro André **Durand:** Porque às vezes, Thiago, as pessoas costumam atrelar o sucesso, porque para a gente, assistir à palestra do Trocando Ideias foi justamente visando essa questão. Às vezes, era ensinar o sistema, faltava não sei o quê, como tu acabou de dizer: será que vai migrar? Será que vai querer migrar tudo? Não vai poder. Então, Élcio, a gente realmente está avançando com o próprio secretário. O André falou para que a gente tenha o quanto antes esses cinco editais postos aí na rua. E nas questões gerais aqui eu vou mostrar, eu queria que vocês vissem. Eu cheguei hoje de Anamã, e eu trouxe uma denúncia para mostrar para vocês, onde uma empresa prestadora de serviço, doutorando e para a própria prefeitura, na antiga gestão, foi contemplada com dois prêmios num valor altíssimo para fazer um determinado evento em Anamã e não realizou. E o edital não dizia que tinha que ser do próprio município. Então, assim, foi um edital muito bem elaborado e a gente precisa saber quem foi essa assessoria que lá esteve e que deixou esses fazedores de cultura na mão. E com a autorização do conselho, eu estive lá esse final de semana, eu agradeço, e aí eu vou compartilhar com todos vocês essa aberração que aconteceu. Gostaria de registrar a presença da conselheira Marli, que nas considerações gerais também vai poder contribuir com essa, com aquela questão que a senhora pontuou dos editais que visam a questão da música, tendo um outro olhar para o interior. Presidente: Bom, então fica encaminhado nesse ponto. Nós, internamente, discutiremos um calendário de atividades e vamos trabalhar junto com a SPC nos esclarecimentos à população. E aí, a gente também entende... eu vou falar um pouquinho. E também sinto o impacto que houve na Secretaria. Eu não acho a assessoria, em momento algum, incompetente. Só que a gente... O que eu queria dizer com "não sofrer sozinho"? Eu acho que vocês têm que trazer um pouco pra gente. Podem provocar o conselho, a gente está aqui pronto para ajudar. A gente sabe como é, como acontece. Eu, pelo menos, estou feliz que vocês continuam lá, continuam fazendo o processo. Sei como é árduo. E aí a gente só se preocupa muito porque a gente sente, pelo menos, o quanto impacta toda uma categoria econômica quando a gente consegue pagar essas coisas no prazo. A gente ainda nem começou, já estamos quase na metade do quarto mês,



624 625

626

627 628

629

630 631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643 644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654 655



vamos pensar assim, e ainda precisamos discutir muita coisa, inclusive o novo Pará, tudo que vem à frente. Depois, se vocês quiserem, acho que devemos formar a comissão com todo mundo da sociedade civil e quem puder participar. A gente forma um calendário internamente, lá pelo grupo do WhatsApp, e propõe para a Assessoria de Políticas Culturais. Tudo bem assim? Considerando a contratação do Trocando Ideias, a gente não consegue conversar só entre nós. Vocês precisam chamar o Trocando Ideias, porque são eles que vão apresentar quais são os prazos factíveis para eles ou não. Vou fazer um esclarecimento. O Rafael Buda está aqui, é a pessoa que trata diretamente com a gente. É com ele que levamos os questionamentos. Lembrar que esse processo está rolando desde dezembro, estamos arquitetando as coisas. E aí sim, eu vou chamar por eles e já podemos começar a trabalhar nisso. Visto que está avançado eu não sabia oficialmente sobre o retorno da PGE e nem sabia que agora está só dependendo do jurídico da SEC essa coisa da rescisão dos contratos me dói um pouquinho, porque já faz tempo que a gente pediu para rescindir. E mais de uma vez a gente foi induzido ao erro, achando que era o valor do contrato mais o valor que ainda tinha. Aí, na verdade, não, e aí a gente vai acompanhar isso de perto e vou chamar pelo Rafael, gente, para ter uma reunião com a gente já imediatamente. Parece que ele fica até o dia 17 aqui. Então, tendo essas informações, acho que a gente já pode começar a trabalhar antecipadamente e não esperar o contrato sair para começar a fazer o que precisa ser feito. E aí, como a gente vai estar trabalhando muito junto com o Trocando Ideias, podemos fazer já uma grande reunião conjunta com a SPC e já começar essas transmissões. Conselheiro Elson rocha: Quando se fala assim, doutora, que precisa fazer o destrato... E aí a gente vai lá para a questão das tratativas, quando eles enviaram a documentação. No Trocando Ideias, lá diz das formas de pagamento, que seria 50%... eu acho que é 40%, 30%, 30%... acho que seria isso. Então, pelo fato de ser 40%, eu acho que poderia andar de forma paralela a isso, por conta do empenho que tem que ser do valor total. É porque, se o meu pensamento estiver certo, como o primeiro pagamento seria de 40%, talvez não fosse necessário ter o valor total dentro da conta. O problema é o empenho. Anne Paiva: Essa questão toda é em relação ao empenho. É necessário anular o empenho dos dois contratos para conseguir ter o bolo, o valor empenhado,



657 658

659

660 661

662

663

664

665 666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676 677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688



para empenhar para o Trocando Ideias. O que o DAF havia me informado é que já haviam conseguido anular o empenho de um dos contratos e eles estavam trabalhando na rescisão do outro para anular o do outro, e depois disso já consegue ter o valor inteiro para conseguir empenhar. Presidente: Bom, vamos passar para a pauta, 3. ANDAMENTO DA LEI DO CONSELHO E COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA. Suspendo a moderação por 5 minutos para que o conselheiro Dudson, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, possa se manifestar. Conselheiro Dudson Carvalho: Então, gente, eu solicitei há uma semana e meia atrás que o doutor Sérgio fizesse essa redação final, mas também, por motivos que nós sabemos, dessa correria toda de poder estar organizando o processo como um todo, ele não conseguiu repassar isso para os senhores conselheiros. Então ele pediu mais um prazo para que ele possa estar passando para os senhores. E o que eu gostaria de solicitar aqui é que a gente tivesse, Pedro, uma data que o doutor Sérgio pudesse nos dizer: "Dudson, eu consigo fazer isso em dois dias, três dias" e passar para os conselheiros, e que nós saíssemos daqui com uma data fechada para a gente ter uma extraordinária, não sei, algo em torno desse processo, para que a gente possa estar tocando o barco nesse primeiro momento, já que a gente tem muitas outras coisas para tratar com relação a isso. Então, se a gente puder encaminhar, doutor Sérgio, hoje o senhor nos dando a data que o senhor pode terminar esses textos para passar para os senhores conselheiros, e também, presidente, firmar uma data aqui que os conselheiros possam estar se debruçando sobre isso. Até porque não tem como a gente colocar numa pauta normal, por tratar-se dessa alteração como um todo. Então, só disso, exatamente, uma conversa que a gente possa alinhar e votar essas alterações, para imediatamente encaminhar, para que deixe o caminho livre para a gente tratar de lei de incentivo, tratar de todas as outras temáticas que a gente precisa estar trabalhando. Dr. Sérgio Cruz: Primeiramente, sobre o microfone: A gente descobriu que o nosso microfone foi trocado, um deles, então por isso que esse aqui está falhando. A gente emprestou lá para a SEC, e aí toda vez que ele faz essa falha é porque ele perde o sinal com o nosso sistema. Aí ele fica procurando e funciona um bocadinho assim, Mas vamos lá. Realmente teve uma situação extraordinária. Como vocês sabem, com a mudança do secretário, nessa situação a gente ficou



690 691

692

693

694

695

696

697 698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709 710

711

712713

714

715

716

717

718

719

720 721



sobrecarregado para fazer relatório, assim como a SPC também ficou em outros setores lá da gente, emitindo relatórios. A situação foi pra mim o relatório da reposição, e esse eu recebi no começo de fevereiro. Não consegui terminar, aliás, na verdade eu perdi o momento. Me comprometo que até o final da próxima semana faço a entrega e já podemos marcar provavelmente para a próxima quinta ou sexta-feira. Eu proponho aqui confirmar essa data durante essa semana. Seria essa a data, dia11? Não, semana que vem então. Dia 25? 23? Vamos lá: 23, quarta-feira. Antes disso eu passo para vocês o material, a gente pode discutir online e aí, quando viermos para a reunião, já faz a reunião com todas as dúvidas sanadas. Presidente: Só uma questão. Essa aqui é a data da reunião, 23/04. Até que dia você consegue passar essa documentação? Até essa sexta. Dr. Sérgio Cruz: Sem ser essa, na próxima. Presidente: Mas a gente já não estaria na semana da reunião? Dr. Sérgio Cruz: Não, a gente está quase 3 semanas da reunião. Isso é porque o que que ocorre amanhã, que é a próxima parte que a gente vai entrar aqui, plano estadual de cultura. Então vou ter que dedicar essa semana a estruturar essa parte junto com o pessoal que vai estar na reunião de amanhã. Então, a partir da estruturação disso é que eu vou é pegar, retomar, porque eu tenho na minha cabeça, porque eu já o relatório, mas ele foi extraviado. Presidente: "Depois vocês informam essa coisa da do COPHAM aí. Então ele está sugerindo aqui 2 Datas do presidente, 18/04. Ele envia documentação até lá. podendo ser antes. Dr. Sérgio Cruz: Eu acredito que na segunda-feira, porque eu trabalharia no final de semana aí. Acho que segunda-feira já. Peço só isso, tem um feriado ainda aí, bom para trabalhar, para mim. Presidente: Então fica em aberto até o dia 18 a entrega da documentação, que nada mais é do que ele vai transmitir via e-mail para todo mundo. Cada um lê, vai fazer as suas pontuações e no dia 23 a gente reúne para trabalhar em cima. E aí vota se já nessa reunião extraordinária a gente faz a votação, aprova, desaprova. Dr. Sérgio Cruz: Aí poderíamos fazer online sem problema algum, para não até mesmo não fazer toda a movimentação pessoal. Conselheiro André Durand: Quando vão mandar esse documento? O prazo é até 18. O doutor Sérgio vai tomar um chimarrão e vai trabalhar esse final de semana. Conselheiro Mencius Melo: Quero dar os meus cordiais boa tarde a todos os membros dessa mesa. Estava acompanhando online da minha bancada de

723724

725

726 727

728

729

730 731

732

733

734

735

736

737

738

739

740

741

742743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753754



trabalho na Rádio Difusora 96.9 – o amor do Amazonas. Quero saudar aqui todo o nosso corpo técnico, ASPC, meus amigos, meus conselheiros, o nosso decano Beto Sá. Nós que estamos no time quadriculado hoje, presidente Pedro cacheado. Estamos de saudar aqui a todos os conselheiros: André, Jordânia, Dudson, Vanderley e a nossa querida, muito mais bonita pessoalmente, conselheira Lucimar, que chegou de Barreirinha. Ela, que é uma guerreira, enfrenta a diversidade da falta de aliás, ela sente na pele o que o artista amazonense do interior sente, que é não ter ou ter pouco acesso. Não há uma internet de qualidade, uma estrutura, mas, se Deus quiser, a gente vai vencer isso superando. Quero dar boa tarde e prossigamos o trabalho. Presidente: Vamos para pauta 4. ANDAMENTO DO PLANO ESTADUAL DE CULTURA. Convoco o senhor Sérgio Cruz, da equipe de apoio, para apresentar os encaminhamentos atuais e para que todos interajam. Suspenda a moderação no prazo de 5 minutos." Dr. Sérgio Cruz: Perfeito, senhor presidente, conselheiros, conselheiras e demais presentes. O Plano Estadual de Cultura novamente sofreu um atraso no cronograma dele. O cronograma que estava inicialmente, como foi conversado da última vez, o cronograma seria em março, feita as reuniões com o poder público para as questões transversais. Ele sofreu um atraso em virtude da alteração, como todos já sabem aqui, da direção da Secretaria de Cultura e, consequentemente, das demais atividades lá, fazendo com que a gente não ficasse sobrestado o trabalho, porque nós não sabíamos quem daria continuidade. Então não adiantaria a gente começar a fazer um trabalho e ser interrompido na metade com a mudança dos participantes da Secretaria e do CONEC. Então, nesse sentido, já foi disparado o ofício para as secretarias transversais, já foram convocados. Amanhã vai ter a reunião com as secretarias envolvidas nas ações transversais. A partir dessa reunião, deixando bem claro que o CONEC está participando lá, obviamente, a partir desta reunião será feito um cronograma com os grupos de trabalho para desenvolver o trabalho em cada área, estabelecendo o quê? A parte orçamentária, a parte das metas, os prazos, os objetivos. Então essa parte aí todinha vai ser trabalhada agora, nesse momento, pra depois de ter um cronograma feito dos prazos e das formas que vão ser retiradas do papel todas aquelas propostas e sugestões que estão ali naquele texto-base. Será feito um complemento do texto-base com os prazos



756

757

758

759 760

761

762 763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775776

777

778

779

780

781

782

783

784

785

786 787



pra retirada do papel daquilo lá, para realização e operacionalização. E assim vai, volta para o CONEC. O CONEC vai apenas ler, não vai votar. Ele vai apenas ler para ter conhecimento dos prazos etc. e tal. E isso aí vai para consulta pública. Por quê? Porque a votação final do CONEC vai ser depois dessa consulta pública, onde, obviamente, vai ser comunicado a todos os delegados que estiveram lá na conferência estadual de cultura, para que eles possam lá também olhar. Volta para cá. Aí sim é feita a aprovação. Nesse momento da primeira consulta, vocês podem interferir novamente no processo, para fazer qualquer alteração. Por isso que vocês não aprovam ainda, tá certo? É só uma questão formal. Chega aqui, vocês vão checar: "Ah, tá tudo ok, tá tudo dentro dos conformes". Então pronto, pode botar lá para consulta pública. Vai para consulta pública, volta para cá, é aprovado por vocês e isso aí vai se fazer o anteprojeto de lei, que vai ser encaminhado para a Casa Civil, e a Casa Civil aí vai começar a tomar os procedimentos pra transformar isso num projeto de lei, pra encaminhar lá para o Leandro, nosso querido Beto. E aí, lá dentro, já temos o Beto aqui pra resolver a tramitação. Então, no prazo inicial que existia lá atrás, que era a previsão de estar com a lei aprovada se tudo tivesse ocorrido dentro do cronograma seria em julho. Agora nós estamos aí em um atraso de dois meses e meio, para três, mais ou menos. Então ficaria mais ou menos lá para setembro ou outubro. Quero também dar uma posição para vocês de que não existe ainda nenhum estado com a nova lei do Plano Estadual de Cultura deles. Existem alguns estados que o prazo do plano estadual deles é diferente dos prazos de outros estados, e eles estão fazendo uma atualização porque ainda não venceu o Plano Estadual de Cultura deles. Então, salvo engano, Pará. Bahia também. Salvo engano, Bahia é 2027 que vence o deles. Paraná vai vencer, acho que é 2026, mas eles estão fazendo essas alterações já conforme o Plano Nacional de Cultura. Plano Nacional de Cultura também não foi ainda efetivado? Não. Não foi regulamentado também algumas normas lá que seriam necessárias para que a gente pudesse dar continuidade. Mas a expectativa é de que, se não for regulamentada da forma que a gente espera que seja até o momento que o CONEC é que aprove, a gente vai aprovar da forma que nós entendermos. E quando eu falo "nós", não sou eu, a assessoria, e sim os conselheiros e conselheiras, que nós entendermos como a mais coerente para o Plano Estadual



789

790

791

792 793

794

795 796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

807

808 809

810

811 812

813

814815

816

817

818

819 820



de Cultura do Estado do Amazonas. É isso, presidente. Presidente: Agradeço, Sérgio. Gente, olha só, eu me dispus a participar dessa reunião de amanhã. A gente está chamando de intergestoras, porque envolve desde o Sebrae, enfim, envolve vários órgãos, e aí a gente precisa... Eu precisaria de um suplente pra quando eu não tivesse condições de estar presente, estaria o suplente. Mas assim, ó, veja, quem pode... Não, a gente está falando do Plano Estadual de Cultura. E aí o ideal era que amanhã estivessem eu e o suplente, para a gente acompanhar essa primeira reunião e, a partir disso, de repente fazer um revezamento: vai um numa, vai o titular numa e o suplente na outra. A gente precisa definir aqui. A gente precisa de um voluntário da comissão do profissional de cultura. Não, não. Porque essa comissão, ela não tem presidente e vicepresidente, né, não? É do Plano Estadual. Não, não tem. Foi colocado todos os conselheiros da sociedade civil. E aí a gente também convidou os delegados que participaram, os delegados convidaram o poder público. Salvo engano, do poder público, tá o Bjarne e tá... Eu não lembro. Tem dois conselheiros do poder público que participaram. Um é o Biarne, tá? Fica indicado, então. Eu e o conselheiro Vanderlei — acabou de se colocar como suplente — amanhã a gente pediria para participar os dois da reunião, para a gente acompanhar do início, e a partir disso, o que estiver disponível para participar. A gente amanhã provavelmente vai formar o calendário das reuniões. Dr. Sérgio Cruz: Na verdade, amanhã vai ser uma apresentação só. Essa apresentação, o que que a gente vai fazer? Explicar o que é o Plano Estadual, o Sistema de Cultura e por que que eles estão sendo inseridos dentro do Plano Estadual de Cultura, entendeu? É basicamente isso. Por quê? Porque a pessoa que vai estar lá provavelmente não vai ser o técnico que vai ter conhecimento do assunto. Então, a pessoa que está representando a secretaria lá vai ter conhecimento do assunto, vai levar para o secretário da área. E aí o secretário vai falar: "Olha, o fulano é o técnico que vai conhecer desse assunto e vai tratar com eles lá", entendeu? Tanto que o Bjarne, ele pediu até para eu adiantar algumas coisas com ele, porque ele acha que talvez não seja ele que esteja à frente, porque é uma pessoa mais de operacional, e ele não seria do operacional. Seria isso, Bjarne? Só pra confirmar. Conselheiro Bjarne Furtado: Olha, do jeito que as coisas vão na SEDUC, eu acho que eu vou estar no bolo, e vem mais colega nossa pra somar aí conosco.

822 823

824

825 826

827

828

829 830

831

832

833

834

835

836

837

838

839

840

841 842

843

844 845

846

847

848

849

850

851

852 853



Chegou hoje o documento que foram indicados nós dois. Eu acho que provavelmente a gente vai estar engrossando esse caldo aí. Presidente: A reunião vai ser aqui? É na Caverna, lá no Palácio Rio Negro, subsolo do Salão Solimões. Bom, dito isso, encaminhe-se o documento a mim e ao conselheiro Vanderley. Sem mais dúvidas, passo para o próximo item de pauta: projetos a serem inseridos na reformulação do PAPA nos rendimentos. Convoco o secretário-geral e na verdade fui eu que pedi essa pauta e a discussão em conjunto com a ASPC, pra que interaja. Suspende-se a moderação por prazo de 10 minutos. E aí já pode abrir as inscrições pra quem quiser falar. A gente conversou da última vez, na última reunião que a gente tratou do assunto. Foi uma ordinária? É. A gente sugeriu que a gente, de repente, pudesse fazer uma formação pra gestores. Lembra disso? Seminário para gestores, etc. Então, assim, eu acho que foi uma ordinária que a gente conversou lá na Caverna. E aí também entrou essa questão desses projetos de premiação, que também partilham dos rendimentos. E aí, assim, a gente precisava discutir e aí, se a Ane já antecipou a pauta, porque ela trouxe que assim, não precisa mudar o Pará. Dentro do sistema ele pode ser justificado depois do processo. Então, assim, esse é o momento, se a gente quiser pedir alterações e projetos, novos projetos. E aí eu queria entender, Ane, o que que a gente poderia fazer, o que que está permitido dentro dessas alterações. Eu figuei pensando, a gente falou primeiro em formação de gestores e depois a gente falou, de repente, numa formação pra conselhos, pra conselhos municipais. Anne Paiva: Oi, eu acho que é muito legal. A gente realmente precisa conversar sobre isso e trabalhar com isso, fazer isso junto, porque assim, os 5% que o conselheiro está falando em relação à formação de gestores — ele falou também formação de gestores e formação de conselheiros — ambos são tratados dentro dos 5% da operacionalização da PINAB. Ela pode ser usada pra isso? Anne Paiva: É importante a gente sempre lembrar que esse recurso é limitado aos 5%. Então, por exemplo, aí entra a questão dos rendimentos. Até agora o pessoal do Ministério não falou nada em relação a se o rendimento dos 5% integra os 5% ou se ele integra o geral. Mas a regra que a gente vem utilizando nos últimos repasses de recursos do governo federal para os estados e municípios é que rendimentos vão para fomento. Então, o rendimento total pode ser usado para fazer novos editais, premiações,



855 856

857

858 859

860

861 862

863 864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874 875

876

877

878

879

880

881

882

883

884

885 886



consegue utilizar o recurso, por exemplo, para ações de operacionalização, mas tem que ficar restrito aos 5%. Thiago Hermido: E eu lembro, Pedro, que quando a gente tinha feito a proposta, a conversa em cima dos recursos, antes de vocês terem aprovado porque foi nessa reunião que vocês aprovaram também, trocando ideias, não sei se tu lembras que uma das ideias era justamente pegar esse recurso de hospedagem, de transporte, pra que esses gestores pudessem vir pra cá pra ter essa formação junto com vocês, que foi algo que, na verdade, já quase que meio que aconteceu com o fórum que aconteceu recentemente. Então, naquela época, a ideia era fazer isso justamente para criar uma atribuição no trabalho de vocês, pra que a gente pudesse continuar com o recurso lá do que tinha sido ficado atrás do CETAM. Então era isso, porque, já que não tinha os editais pra vocês fazerem o monitoramento, aí ia ficar meio estranho a gente pagar os próximos meses com o monitoramento. Então, uma das ideias era tentar fazer alguma coisa pra colocar os conselheiros em algum tipo de atividade para que a gente justificasse. Então, naquele momento, a ideia foi para isso. Aí como vocês criaram e aprovaram, trocando ideias e tal, então isso não pode ser feito no momento. Então, agora, com os rendimentos, enquanto a gente não tem uma resposta do Ministério, uma normativa essas instruções que eles fazem toda semana, a gente não tem como entender se pode utilizar. Mas seria muito interessante se eles conseguissem nos responder. E eu estive semana passada em Brasília, e fiz pessoalmente essa pergunta também para o Thiago Leandro, que é guem cuida desse setor. E ele, na hora, não soube responder, falou que iria levar. Aí eu falei que a gente já tinha encaminhado essa solicitação de forma oficial, mas que era uma demanda do nosso conselho e que a gente queria saber se era possível. E ele ainda não deu esse retorno pra gente. Mas assim, a gente tanto encaminhou pelas vias oficiais, quanto eu também pude perguntar pessoalmente a ele se isso era possível, e infelizmente eles não consequiram nos informar ainda sobre isso. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Boa tarde novamente. Fugindo um pouco da pauta, eu queria saber da assessoria em relação àqueles editais que foram lançados, que aconteceram agora. Por exemplo, tem segmento que não apresentou a pessoa PCd, aquele recurso, está lá. Se vai ser remanejado pro cadastro de reserva. E se todos obtiveram um quantitativo total e qual será a providência tomada, se já há previsão de quando



888

889

890

891 892

893

894 895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907 908

909

910 911

912

913 914

915

916

917

918 919



vão ser chamadas essas pessoas que têm recurso lá no edital, quando elas vão ser chamadas pelo cadastro de reserva. O meu questionamento é esse. Presidente: Pois é. Esse é um ponto de pauta: a contemplação dos proponentes do cadastro de reserva e remanejamento de rendimentos. Acho que a gente pode inclusive falar disso. Mas essa do PCD é importante esclarecer, porque a gente não interfere na porcentagem que a gente tem que entregar de PCDs. Pois é. Aí a gente tem que fazer um cálculo do global. Se a gente tiver atingido o total da porcentagem que é de PCD, que eu acho que é de 5%. Anne Paiva: Por isso que é muito interessante, e acho que essa é uma ideia da gente realmente fazer isso no futuro: sentar aqui e debater o edital inteiro, de cabo a rabo, antes de publicar os próximos. Isso está previsto no edital. Remanejamento de vaga está lá. Se vocês buscarem no PDF, vocês vão achar em todos. E diz: se não tem vaga pra PCD, vai pra quem? Se não tem pra indígena, vai pra quem? Se não tem pessoa negra, vai pra quem? Se não tem interior, vai pra quem? Se não tem pessoas trans, nos editais que têm cota pra pessoas trans, vai para quem? Então esses remanejamentos, dentro de cada item por exemplo: circulação, grande escala, produção grande escala, produção pequena escala, dentro de cada módulo, já foi feito esse remanejamento. Eu posso me adiantar numa informação do próximo. O seu, por exemplo, nós estamos fazendo esse levantamento ainda. porque estamos vendo quem vai conseguir entregar a documentação ou não. Mas no seu edital de povo indígena, são os que eu me lembro algumas vagas não foram atendidas na sua totalidade. Por exemplo, no seu edital, eu acredito que formação pequena escala ou formação grande escala não teve ninguém, ou teve um. Esse recurso está lá parado, porque o edital prevê remanejamento dentro do módulo, mas não entre módulos. Então, do seu, a gente está fazendo esse acompanhamento, fazendo as contagens pra saber quanto falta de recurso, quanto é que está sobrando, pra saber onde é que vai se colocar. Vai apresentar aqui pra vocês decidirem onde é que vai se colocar. Cadastro de reserva? Vai ser pra, sei lá, circulação grande escala, produção grande escala? Enfim, qual vai ser o módulo que vai caber? Lembrando que o recurso dele é dois milhões. O dele é dois milhões. Então, no edital dele, do conselheiro aqui, eu não me lembro, mas foi em música. Eu não me lembro qual foi o item, qual foi o módulo que também ficou com recurso sobrando. O resto do recurso não cabia mais



921 922

923

924 925

926

927 928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940 941

942

943 944

945

946

947

948

949

950

951 952



para aquele módulo. Isso, por exemplo, sobrou, sei lá, o seu acho que se eu não me engano foi de curso. E aí sobrou valor dentro daquele módulo. E agora a gente precisa botar pra vocês decidirem pra onde vai o resto do recurso. Thiago Hermido: Esse remanejamento, que lá no início a gente comentou, foi feito só o de vaga. Esse do recurso a gente vai trazer pros senhores, vai apresentar aonde foi cada um. E aí os senhores vão, junto com talvez, se guiserem, a gente já pode trazer algumas sugestões, e aí vocês vão decidir se faz daquele jeito, se não faz, se pega aquele recurso todo e aplica tudo num só módulo, se divide. Esse levantamento a gente vai fazer ainda, porque como a gente não pagou todos. Mas assim que a gente tiver, a gente marca uma extraordinária. Eu acho que pode ser, Pedro. Aí a gente infelizmente antecipa essa, e aí já conseguimos apresentar pra vocês. E aí vocês decidem, já que essa regra não tem no edital. É de todos, não vai ser só um. A gente vai trazer todos os editais, os que tiveram recurso que não foi esgotado. E aí agui a gente discute e vocês decidem. Ah, por exemplo, no indígena tem recurso suficiente pra dar pro módulo acima. A gente vai fazer assim? Ou não? Vai juntar esse dinheiro pra distribuir? Exatamente. A gente vai trazer isso pra vocês ainda, porque a gente não conseguiu fazer essa compilação. Anne Paiva: Então, o audiovisual já pegou o dinheiro inteiro. É assim. Outra coisa que também está sendo... Por que que a gente também não tem essa informação nesse momento? Ainda está sendo colocada. Tem, por exemplo, pessoas que passaram sei lá passou no edital de teatro com o projeto "Cachorrinhos". Ele passou na ManausCult com "Cachorrinhos" também. Ele teve que optar. O edital diz que ele pode optar: mandar e-mail pra gente ou mandar e-mail pra ManausCult dizendo "eu quero ficar com tal". Alguns mandaram e-mail pra gente dizendo que queriam ficar com outro edital. Então a gente já sabe que vai faltar o "Cachorrinhos", que a gente vai ter esse recurso aí pra chamar o cadastro de reserva. Só que isso só consegue ser finalizado quando a gente finalizar a fase de celebração de contrato e de pagamento. Ainda tem os seres humanos que estão com problema de AF, problema de certidão, que não vão conseguir abrir conta bancária. Isso tudo é chamar cadastro de reserva. Conselheiro André Durand: Doutora, que banco a senhora tocou nessa situação aí. Alguns fazedores de cultura, Tiago, estão nos cobrando: por que vocês não dispararam aquela declaração que foi



954

955

956

957 958

959

960 961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973 974

975

976

977

978

979

980

981

982

983

984 985



na LPG, que vem dizendo a necessidade de abertura da conta? Não da LPG, tinha aquele ofício que vocês mandavam pro banco. Eles chegavam no banco e mostravam que podiam abrir a conta. E aí eles estão nos questionando isso. porque ele foi abrir no banco do Bradesco em Tefé e não conseguiu. E também, se não me falha a memória, teve uma carta que era apresentada para mostrar para o gerente do banco essa necessidade de abrir a conta. E aí também vazou, doutora Anne, eu queria até que a senhora visse de onde partiu isso. Eles estão compreendendo, os fazedores de cultura do interior, que só pode abrir se for na conta do Banco do Brasil. Pois é, aí eu até conversei com o secretário Pedro. Ele ficou até meio apreensivo, porque a gente precisa também engessar isso, neutralizar para que não aconteça. E aí, dentro da sua fala, quando a senhora fala também sobre a questão dos rendimentos para fomento, editais e premiação... E aí eu sugeri na reunião passada, e eu conversei com o secretário Pedro, que assuma agora a minha sugestão de pauta: rendimento dos recursos dos editais da PNAB para o edital, em conformidade com as políticas públicas de inclusão social e lei de acesso à cultura, visando garantir equidade social no reconhecimento de iniciativas culturais. Eu proponho o Prêmio Saberes do Amanhã Amazonas para a cultura jovem, e eu queria contar com o apoio de todos os conselheiros para a gente ter esse edital. É baseado também na Rouanet Norte, presidente, que começa com a Rouanet Jovem, que está premiando esses fazedores de cultura a partir de 14 ou 15 anos, se não me falha a memória. E seria interessante esse rendimento. Eu tenho todo o estudo jurídico para apresentar para vocês, tão logo a gente lançar esse prêmio, conselheira Marli. Porque visitando Manaquiri e os municípios que a senhora visitou, o fazedor de escultura, que é músico, conselheiro Menssius Melo Solto, o sonho dele é ser contemplado no edital para ele comprar os seus instrumentos, para ele poder desenvolver o que ele mais gosta. É conselheiro da Assembleia, Beto. Roger, que é o nosso decano do conselho, o sonho dele é comprar seus instrumentos para compor, já que ele também compõe música. E está na hora de esse conselho considerar, presidente. Pedro, o senhor que vem da linguagem do audiovisual, onde os intérpretes, os atores e atrizes já têm contrato a partir de 16 anos de idade. Foi aí que a gente encontrou a brecha. E conversando com o Éder Gama, junto com mais uma assessoria jurídica, a gente montou a proposta



987 988

989

990 991

992

993 994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006 1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018



para que a gente crie aí o edital Saberes do Amanhã do Amazonas, conselheiro. Está na hora, porque a gente precisa deixar um legado. E o senhor é músico. Tenho certeza que seus filhos, hoje com 5 anos, já estão nas panelas batendo. Quando a gente menos esperar, com 11 já estão compondo, como o conselheiro Vanderlei também. Eu vejo também o Gael, ali do lado do pai, já está pegando o celular do pai, daqui a pouco está pegando a máquina fotográfica. Quando a gente vem, também já está lá. Então a gente precisa valorizar essa juventude que aí está. Em vez de irem para o mundo do crime, é melhor eles estarem fazendo um trabalho voltado à cultura e se inserindo nesse mercado de trabalho, viu, presidente? É o que eu tenho a contribuir e gostaria que esses pares considerassem a importância desse edital denominado Saberes do Amanhã do Amazonas: Cultura Jovem. Obrigado. Passo agora para a Jordânia. Na sequência, o Dudson. E você quer fazer uma réplica em cima da minha fala. É o maior segmento. Tá certo, então vou conceder a fala. E depois vem a nossa conselheira do teatro, muito aguerrida. Estava num vídeo recente, conselheira. Mas a gente está aí torcendo pelas suas ações. Conselheiro Mencius Melo: É a minha única dúvida. Fico muito feliz com a proposta do conselheiro André. É claro que a única dúvida que paira sobre minha cabeça, e acho que sobre a cabeça de todos aqui presentes, é exatamente a questão da idade. Só vai precisar amarrar bem, conselheiro André, e ter um poder de convencimento ainda maior para que a gente possa ir nessa direção, por conta exatamente da responsabilidade da idade. São crianças ainda em sua grande parte. Eu sim, conselheiro, sim, sim. A minha única preocupação é exatamente essa amarração. Vejo ali que há uma concordância do conselheiro Duldson também, então mais apoiada assim a sua propositura. Conselheira Jordania Galdino: Bom, doutora Ane, é o seguinte. Nós estamos falando de projetos para serem inseridos e tal. Eu tenho vindo a muita demanda dos artistas de teatro. Tem uns artistas de circo também, que transitam tanto no teatro quanto no circo, que vêm falar sobre a questão de apresentações nas instituições, por exemplo. Eles estão com dificuldade às vezes de terem editais ou de estarem inseridos nos próximos editais. Sabemos que a PNAB não vai resolver todos os problemas, mas o que a gente está vendo de aprovações de projetos, senhores, são aprovações em instituições que vou dar um exemplo que eles deram ontem, a gente estava



1020 1021

1022

1023 1024

1025

1026 1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

1039 1040

1041

1042 1043

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051



conversando no WhatsApp do grupo, o Doutor Thomas, por exemplo. Eles pedem que os artistas possam fazer uma ação social nesses locais. E como essa verba é pública, gostariam que esses artistas fossem de forma voluntária. Só que como é que o artista vai de forma voluntária? Não existe essa coisa de voluntariado, porque para levar os nossos equipamentos, para levar a demanda dos artistas, dependendo se for um solo, pode ser um trabalho de performance, alguma coisa, estou falando da questão do teatro. A gente precisa de dinheiro para levar, assim como tem a música, assim como têm os outros segmentos. Estou falando nesses segmentos porque a gente fala muito da questão de mercado, doutora Ane. Então essas instituições, estou dando o exemplo do Doutor Thomas, tem o asilo ali onde eu moro, na fronteira do São Raimundo com o Santo Antônio, o Lar Vicente de Paula. Foi uma coisa que eles colocaram. E outra situação também, doutora Ane, é fazer projetos para que a gente possa colocar também nessas escolas integrais, fazendo essa parceria com o nosso conselheiro Bijarne, que está aí, porque eles estão tendo muita dificuldade de levar essa demanda, porque existe muita burocracia. Tem que mandar documento, não sei pra onde. A "sala de cozido" é o que mais falam. Às vezes eles têm que ter uma ponte de um colega, um amigo que é também artista, mas também professor, que acaba falando com o gestor da escola integral e leva a demanda pra dentro da escola. Então são essas instituições que a gente precisa ter um olhar mais atento. Eu entendo a fala do conselheiro André, porque o menino de 15 anos e tal, o menino está começando agora. Minha filha tem 15 anos. Até digo pra ela que ela tem que caminhar calma, devagar. Ela já é artista desde bebê, desde quando foi gerada na minha barriga. Quem conhece a minha história sabe. Então eu queria que tivesse um olhar mais atento, Beto, a essas pessoas, a essas instituições. Estou colocando umas delas, mas existem várias, várias instituições. Teve uma época, na época do doutor Robério Braga, guando era secretário, que ele montou vários editais, doutora Ane, que era até esqueci o nome, era o do palhaço. As pessoas se vestiam de palhaço e iam fazer um trabalho dentro dos hospitais. O "Livro Vivo". Tinha todos esses. E muitas coisas assim que, Beto, acho que você vivenciou tudo isso. A gente está numa idade, eu também estou, mas a gente vivenciou muito a cultura nesse ponto. É nesses locais, nas periferias, que estão ociosos por falta de oficinas, formação. E eu



10531054

1055

1056 1057

1058

1059 1060

1061

1062

1063

1064

1065

1066

1067

1068

1069

1070

1071

10721073

1074

1075

1076

1077

1078

1079

1080

1081

1082

1083

1084



adoro dar formação e sempre gostei de fazer de forma voluntária. Eu nunca tive esse problema de não ir de forma voluntária. Sempre gostei disso. Está no meu sangue. Gostaria que a gente desse um olhar. Tenho certeza de que o interior também tem essa deficiência nesse ponto, de um olhar mais atento. Que a gente tentasse pensar em menos mercado, mas que também tentássemos ver essa questão das instituições. O Bjarne e nossos artistas estão tendo essa dificuldade de adentrar a SEDUC igual como foi daquela vez, conselheiro Elson, que o senhor pediu. Lembra do primeiro mandato, para poder adentrar as escolas? Não sei nem como ficou aquela situação, se deu resultado ou não. Lembro que na minha época, de dançarinas, de bailarinas, de dança folclórica, a gente ensaiava nas escolas públicas, era nas quadras, e a gente adentrava nas escolas com permissão do gestor. Não tinha tanta burocracia como se tem hoje. A gente chamava todos os alunos ali, convidando para participarem das danças. E isso também não se tinha evasão escolar. A arte ocupava realmente o espaço ali. E eu sinto essa falta, doutora Ane e Thiago, essas coisas que os artistas trazem para gente. Então eu queria colocar aqui isso para o conselho. Que a gente possa pensar de uma forma também institucional e social também. Muito obrigada. Conselheiro Dudson Carvalho: Apenas solicitar à ASPC que, quando trouxer, não sei quando, a gente vai estar agendando essa reunião com relação a esse remanejamento, esse direcionamento, que se trouxessem os valores para que a gente tivesse opção do que fazer com isso tudo e também com a questão dos juros naquela planilha que foi solicitada. Eu não sei com relação a outras cadeiras, mas no caso das artes visuais e outros colegas que eu já tive conversando, a gente tem um interesse no remanejamento disso, ou melhor, da premiação do cadastro reserva, e aqui eu estendo essa colocação porque sou procurado pelos grupos de folclore de Carnaval, que são da cadeira do companheiro Elson, no sentido de, por exemplo, ter uma Vitória Régia no cadastro reserva. A escola de samba mais velha da cidade de Manaus, por incrível que pareça, não consegue acessar uma verba pública, mesmo tendo bons projetos, como já presenciei, o trabalho que eles estão fazendo lá. Então, nesse mesmo sentido, tem várias escolas em Manaus, tem vários grupos no interior que estão envolvidos com folclore e Carnaval e que, se esse dinheiro chega na mão deles, vai chegar na mão do bailarino, na mão do artista visual,



1086

1087

1088

1089 1090

1091

1092 1093

1094

1095

1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

11051106

1107

1108

1109

1110

1111

1112

1113

1114

1115

1116

1117



enfim. Então eu, em especial como artista, gostaria muito que esse dinheiro chegasse até eles para que pudesse chegar até toda essa galera do quadro produtivo, já que uma escola de samba ou um grupo de Carnaval não trabalha só. Não é o presidente que vai fazer, que vai gastar essa grana, e sim os artistas envolvidos no processo de produção cultural. Então, solicito que, quando se trouxer essa planilha de rendimento, que a gente já separasse isso por cadeira. E cada gestor da cadeira vai dizer o que é mais importante para o seu segmento: se é chamar cadastro reserva, se é ter um novo edital, não sei. Algo que a gente ainda vai discutir. Pedro, fico feliz em saber que vocês conseguiram bater 100% do valor, mas tem muitas cadeiras com muitos outros segmentos que não vai. Certo, entendi. O que sobrar vai ter para onde remanejar? É isso? Pronto, é exatamente. Então, apenas isso. Apenas deixar bem claro que muitas vezes o que é interessante para uma cadeira não é interessante para outra. Eu acho que a gente tem que olhar individualmente cada segmento e a gente ver o que é melhor para o segmento. Conselheira Lucimar Marques: Boa tarde a todos. É novamente, é um prazer estar aqui presencialmente com vocês. Sempre estou ali no online e dizer que eu estou feliz com o trabalho que faço. E voltando nessa pauta do PAAR de novos editais, eu tenho um pedido para fazer, para abrir editais para o grupo que faz parte da cultura popular de matriz ibérica. Por que que está acontecendo? O Carnaval e folclore, estão num só no mingau. E aí seria bom que, assim, no próximo edital ou quando tiver esse negócio aí que eu não sei falar direito, rendimento. Isso, é porque tem, por exemplo, as pastorinhas, tem o grupo de marujo, tem os boizinhos de terreiro. Esses segmentos ainda não estão sendo contemplados. Eles estão tudo, por exemplo, Carnaval, folclore, estão levando a maior parte dentro da cultura popular. Eles estão levando, e aí, não é que eu estou querendo tirar, não é separar. Porque para que colocaram o segmento cultura popular de matriz ibérica se os dois estão juntos lá? Não que todas as culturas sejam cultura popular, mas existem esses menos favorecidos e que eles sejam assistidos. É essa minha, peço ajuda e o apoio novamente dos conselheiros. Pois é, por isso o que mais leva é esse aqui, aquele lá. Conselheiro André Durand: Você, como sempre, muito feliz na sua colocação. E não esquecer também das festas do Divino e da Santíssima Trindade que precisam também estar nesse. Eu vou passar a fala agora, a réplica para o



1119

1120

1121

11221123

1124

11251126

1127

1128

11291130

1131

1132

1133

1134

1135

1136

1137

11381139

1140

11411142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149

1150



Dudson, para o Tiago, e a gente ser feliz com o edital de cultura popular. Conselheiro Dudsom Carvalho: Pois é, eu gostaria de parabenizar a fala da colega. Não é para reprimir, não. Só dizer o seguinte, nos próximos editais, vocês podem ter certeza que não haverá esse ponto de dizer que pode isso, pode aquilo, não vai poder. Porque os grupos que são as pastorinhas, os marujos, toda essa galera tem que ter prioridade, nem que a gente tenha que dar 50 pontos para esses caras, mas a gente tem que parar com essa historinha de dizer que o seu João, não sei das quantas, acordou inspirado, colocou um projeto e acredite, minha querida, não é o Carnaval que está levando. Não é o Carnaval, porque a gente vai lá e digita, cutuca o nome do cara lá e o cara nunca botou o pé na quadra de uma escola ou de um grupo de cultura popular que quer que seja. Só para deixar bem claro, Élcio, no Carnaval, apenas uma escola de samba levou um prêmio de 100 mil reais. Então faça uma pesquisa e você vai ver que tem nesse meio empresas e pessoas que são tão felizes ao se dirigir à caneta que conseguem quase uma pontuação máxima. E isso, pode ter certeza, vai acabar. A não ser que esses conselheiros não vistam a camisa, porque o que vai para cultura popular vai parar na mão do músico, na mão do bailarino, na mão de pessoas que estão produzindo na cultura popular. Então, sou solidário à sua fala. E sim, temos que dar premiação lá para a ponta, para os caras que estão lá no interior, no estado, fazendo cultura de forma empírica, muitas vezes vindo do zero, e gente dizer que esses caras têm que concorrer com IA, com inteligência artificial, dessa meia dúzia de aproveitadores da cultura popular. Isso é vergonhoso para este conselho, para todos nós. E nós vamos sim implantar o mecanismo para dizer o seguinte: empresas profissionais, continuem trabalhando como empresa, profissionais. Não venham com essa historinha de botar aqui e levar 100 mil, 70 mil a grandes empresas com seu CNPJ, que prestam serviços para o estado, para o município, para outros estados e estão levando dinheiro público. Então, gente, pode ter certeza, no próximo PAAR não vai ter essa moleza, essa farra com dinheiro que está sendo feito. E falo isso com muita indignação. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Sabe que o único conselheiro que fez denúncia, o único fui eu, sobre isso, essa situação. Thiago Hermido: Só para ser solidário também ao que a Lucimar colocou, mas se vocês pegarem o nosso primeiro edital, o edital que foi para as escutas e foi

1152

1153

1154

1155 1156

1157

11581159

1160

1161

1162

1163

1164

11651166

1167

1168

1169

1170

11711172

1173

1174

1175

1176

1177

1178

1179

1180

1181

11821183



apresentado pelo conselho, ele era um de cultura popular, que tinha Carnaval, capoeira, grupos e aí tinha as pastorinhas, festejos. E tinha os festejos que o nosso André comentou. E infelizmente foi cortado, e aí foi readequado. Mas o edital, se vocês pegarem a primeira proposta de edital, ela já está separada, justamente porque foi um pleito que o próprio conselho de fato apresentou. A própria Lucimar já vem apresentando e no que nós levamos na escuta de Carnaval, de cultura popular, tinha essa divisão entendendo para tentar atender justamente as festas populares. Inclusive, eu acho que lá tinha também saberes, que era para as pessoas. Então foi isso. Só para a gente entender também que infelizmente, dentro das escutas, eu acho que a Lucimar participou, Lucimar, dessa escuta. E eles cortaram. **Presidente**: Eu gueria só fazer um apontamento que a gente lembra a confusão que aquela escuta deu, do folclore, Carnaval. Queria inclusive levantar o Elson da cadeira dele na marra e etc. E aí a gente está tendo uma oportunidade de uma política continuada, gente, que a gente vai ver o que que está, o que que não funcionou esse ano, do ano anterior para o próximo ano. Então eu acho que vale muito a pena e acredito que vocês fizeram um trabalho excelente naquele momento, ele não estava aparente. A gente precisa trazer esse agrupamento de volta para que a gente não tenha só grandes potências, e sim quem está surgindo e mantendo essa cultura viva lá embaixo. lá nos interiores, lá na cabeceira, às vezes tirando dinheiro do bolso para fazer. Então é só isso. Eu queria só fazer esse adendo, que a gente se sensibilizasse, porque a gente já viu e descobriu que às vezes, alguns segmentos, eles só olham para si, eles não olham o todo. Conselheiro Elson Rocha: Com certeza. Eu concordo com a fala da conselheira Lucimar. Eu acho que precisa. As pessoas precisam entender que aqui é fomento e não sustento, que a gente vê algumas pessoas que participam incrivelmente, passam na prefeitura com 3 projetos, passam no estado com 3 projetos, atravessam a ponte do Iranduba, põem mais 3 projetos e vão para Manacapuru. E assim vai. Então, eu queria sugerir aqui, diante dos conselheiros também, que a gente faça uma verdadeira busca ativa de buscar esses fazedores de cultura, principalmente pastorinhas, grandes mestres, para que a gente possa de fato pegar na mão e entregar o projeto pronto para que a gente possa contemplar esse tipo de fazedor de cultura, porque não é no formato. Quando colocou a cultura popular tudo junto, eu sabia



1185

1186

1187

1188 1189

1190

1191 1192

1193

1194

11951196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203

1204 1205

1206

1207 1208

1209

1210

1211

1212

1213

1214

1215

1216



que ia dar confusão, porque é generalizar a cultura num todo e todo mundo se acha cultura popular. Cara lá que estuda os gibizinhos lá, chineses, ele diz, eu sou cultura popular. Então todo mundo se diz cultura popular. Então precisa deixar mais claro para contemplar esse tipo de artista, que na verdade eles estão segurando uma história que a cultura está atropelando, dizendo assim, deixa de fazer. A galera da pastorinha é guerreira, mano, porque são teimosos, senão a cultura já tinha acabado da pastorinha. Presidente: A gente passou da quinta e sextas juntos, a gente falou das duas juntas, vocês consideram? Podemos passar para a sétima, processo de escuta dos editais estaduais no interior do Amazonas? Convoco a conselheira Lucimar Marques para conduzir a discussão e que todos Interlagos suspenda a moderação no prazo de 10 minutos. Conselheira Lucimar Marques: Senhores conselheiros, isso daí é uma pauta, um pedido já da maioria dos artistas nessa busca ativa que a gente tem feito, foi feito pelos interiores, que a escuta seja de qualquer edital. Que ela não seja somente na capital, porque todas as escutas que a gente vê online, inclusive eu não vi nenhuma escuta presencialmente, apesar de ser da minha pasta, não pude vir nenhuma. Mas aqui no centro de Manaus participa as mesmas pessoas. Elas põem regras. Ah, mas eu coloquei link lá para o pessoal de Anamã, o pessoal de Barreirinha, o pessoal de Maués participar, mas não participaram porque não quiseram. Não é assim. Eu tive dificuldade a primeira vez que fui participar, entrei nesse aplicativo do Teams, eu tive muita dificuldade. Imagina a para um mestre que está lá. Então eu sugiro, peço um apoio, que as próximas escutas sejam feitas, que saiam de Manaus, que elas sejam feitas pelo menos nas calhas, porque é muito fácil você fazer uma escuta aqui no centro de Manaus, vem os mais espertos colocam como eles guerem. E o povo do interior não teve vez de colocar como ele se sente, porque aquilo vai atingir ele quando ele for fazer. Então eu digo para vocês, saiam da capital, vão ouvir o artista lá no interior, não é no interior, vocês vão para a cidade, porque vocês vão fazer essa escuta. É na cidade do interior, já é uma responsabilidade do município para fazer isso. Tá bom, então esse é um pedido. Eu acho que não foi feito só para mim, mas acho que para vocês isso foi feito também, inclusive em Parintins foi pedido isso, em Maués não foi conselheiro Pedro? nós tivemos lá. Então eu peço ajuda para que esse encaminhamento saia do papel e realmente ele passe a



1218

1219

1220

1221 1222

1223

12241225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

1235

1236

1237 1238

1239

1240

1241

1242

1243

1244

1245

1246

1247

1248

1249



existir, porque a cultura ela precisa ser interiorizada. Obrigada. Conselheiro André Durand: Eu vou pegar só um pouco da tua fala. Thiago, na busca ativa que nós tivemos, o Pedro teve a honra de me acompanhar em alvarás na comunidade Nogueira e a vereadora Mônica disse o seguinte: porque estava tendo a questão de reeleição de prefeito, ela gostaria muito que você chegasse nas comunidades indígenas do nosso município, que leva em torno de uma hora para se atravessar. O senhor lembra? E na sua fala eu fico contemplado. Realmente essas pessoas precisam ter esse acesso. E quando a senhora diz que realmente um determinado grupo coloca regras, a gente vê isso em alguns editais. Realmente eles acreditam que só quem faz cultura é quem tem a formação técnica e os notórios saberes. Eles acreditam que não. Então a gente precisa ter esse outro olhar. Presidente, eu concordo com a fala da conselheira, e nessa nova engenharia que o senhor ainda vai promover aí, enquanto o senhor vai estar como secretário e, se Deus guiser, também como presidente interino, a gente já avisar o retorno a esses lugares aí na segunda busca ativa. Eu acredito, conselheira Marli, que em Itacoatiara também, naqueles bolsões onde pulsam a argila como cultura, o barro que se utilizam também deveriam ter um outro olhar. Conselheira Jordânia Galdino: Bom, sobre a questão do processo de escutas dos editais do interior, Lucimar, aqui ainda existe uma pessoa chamada José Gomes Nogueira, que ainda estou devendo essa visita a ele, que já está bem velhinho. O senhor sabe quem é, conselheiro André, de quem eu estou falando? Seu primo, né? Inclusive ele foi homenageado agui na nossa primeira gestão. Teve o certificado, tudinho contemplado. Ele é o único ainda que trabalha com a cultura popular, com várias. Ele ainda tem essa coisa das benzedeiras, dos marinheiros, pastorinhas... ele ainda faz esse tipo de ação somente lá no bairro do São Raimundo. Dança do Jacundá. Eu dancei a dança do Jacundá com 16 anos com Noqueira na escola técnica. Ele ainda tá mantendo essa cultura. Então eu estou lhe falando isso porque agui em Manaus ele ainda é o único. Ainda não tive outro. Assim, eu fiz mapeamento assim que entrei no conselho. A gente foi fazendo mapeamento com Nogueira antes dele ficar assim, muito debilitado como ele está hoje. Inclusive, ele foi homenageado lá no Marquês de Santa Cruz. Eu acho que o senhor soube. Teve o lançamento do livro, teve a moção de aplausos que o André o trouxe. Então, assim, é muito

12511252

1253

1254 1255

1256

1257 1258

1259

1260

1261

1262

1263

1264

1265

1266

1267

1268

1269

1270 1271

1272

1273

1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282



importante isso que o Elson falou da gente fazer. Conselheira, eu gostaria que a senhora tivesse essa liderança de tomar a frente. A senhora pode contar comigo em relação a isso, fazer esse mapeamento desses artistas, onde estão esses artistas da cultura popular, pra que a gente possa fazer, faça um fórum. Fórum da cultura popular, desses segmentos, que eu acho muito importante manter essa tradição. É preciso, porque eu queria falar uma coisa muito clara para vocês, com todo o respeito: para mim, essas oitivas são coisa de gente malandra. Esse mecanismo que colocaram... eu não sei de onde surgiu isso, se foi do governo federal. Eu acho isso uma falta de respeito com os artistas, porque só vão aquelas pessoas mal-intencionadas para essas oitivas. Vou pegar a fala do Vanderlei: patotas que passam por cima dos artistas. A gente vê que não, os artistas realmente não são contemplados, meu povo. A gente precisa rever isso aí. E eu concordo com a fala do Dudson, que isso vai ter que mudar. Nós precisamos mudar isso. Precisamos mudar. Isso aqui é um conselho, gente. Como eu falei, as pessoas estão mal-intencionadas, entrando nessas oitivas como se fosse - como o Elson falou isso aqui é um fomento, isso aqui não é coisa de mercado pra pessoa viver disso. Está totalmente errado. Nós chegamos a viver uma época que a gente não tinha tanto dinheiro como tem hoje, e hoje as pessoas estão mal-intencionadas, mal-intencionadas entrando. Empresas entrando. Sabe? Coisas que eu nunca vi isso na minha vida, e o artista tá ali morrendo, morrendo, morrendo. Inclusive nós não conseguimos, conselheiro Mencius. Mas eu vou ter que tocar esse assunto aqui, nessa ferida: a gente não conseguiu com Jair Mendes. Você sabe o que aconteceu com Jair Mendes. Não preciso falar mais nada, nós não conseguimos homenageá-lo. Só isso que eu falo para vocês. Por essa bendita burocracia. Burocracia, não vou nem falar outro nome. Enfim. Então eu acho que a gente precisa ver, porque se a gente for homenagear, fazer tudo, vamos fazer enquanto esses mestres estão vivos. Depois que estiverem mortos, não tem mais jeito. É isso. Muito obrigado. Conselheiro Mencius Melo: Eu quero aqui saudar as palavras da conselheira Jordânia. Todos sabem aqui do empenho que nós tivemos. Eu, enquanto parintinense, Dudson também, fizemos uma corrente. Não que a gente queira tornar Parintins ou o Baixo Amazonas mais especial do que qualquer outra região. Não é esse o caso. A conselheira Lucimar está presente. A gente



1284

1285

1286

1287 1288

1289

1290 1291

1292

1293

1294

1295

1296

1297

1298

1299

1300

1301

1302

1303 1304

1305

1306

1307

1308

1309

1310

1311

1312

1313

1314

1315



conseguiu contemplar um, conselheira, em Barreirinha. Mas, infelizmente, a palavra, o termo usado está corretíssimo: é uma ferida. E eu adiciono: uma vergonha para este conselho o mestre Jair Mendes ter morrido diante dos nossos olhos, já internado, com dificuldades absurdas de dinheiro. E nós, enquanto Estado, enquanto conselho, enquanto Secretaria de Estado da Cultura, enquanto a SPC, enquanto toda a estrutura que move as engrenagens da cultura no Estado do Amazonas, falhou com este mestre. E isso é uma ferida pessoal minha, porque foi uma luta que nós encampamos e, infelizmente, Jair partiu e o Estado não conseguiu premiá-lo com vinte mil reais. Vinte mil reais. Vinte mil reais. Existem entes públicos que comemoram abrindo uma champanhe de vinte e três mil reais. Uma champanhe. E, com todo respeito, data vênia, sai em forma de urina. Vinte mil reais, vinte e três mil reais são urinados numa festa de um ente público. E nós não conseguimos vinte mil reais para o Jair Mendes e um título de mestre da cultura. Então, nós vamos reparar isso, sim. Jordânia, vamos reparar esse ano de alguma forma. Pedro, conselheiro André, conselheiro Lucimar, conselheiro Vanderley, conselheiro Dudson, conselheiro Elson e todos os que estão me ouvindo. Nós vamos reparar essa vergonha. Como é Jair Mendes, eu proponho que o Estado reconheça, ainda que de forma dolorosa, in memoriam, esse título ao mestre, e gostaria do apoio de todos os outros conselheiros. Muito obrigado. Thiago Hermido: Tendo em vista que tiveram muitas falas falando sobre essa necessidade de criar editais novos, de criar, como a Jordânia falou, de repente contrapartidas para atuação dos artistas dentro de alguns, a gente queria entender com vocês também. Muito provavelmente o segundo ciclo da PNAB também vai ser operacionalizado. E 5% com o Trocando Ideias. Aí eu queria entender, a gente enquanto assessoria, que na verdade a nossa função é muito mais essa, de fazer esse planejamento, esses desenhos, essas estratégias. Acho que o Pedro esteve mais próximo da gente lá. Ele entendeu bem que a gente está muito mais nessa função e, por conta da falta de pessoas mais experientes dentro da própria Secretaria, a gente acaba também assumindo funções administrativas. Mas a ideia mesmo da gente é justamente pegar essas ideias que o conselho acabou de dar e desenhá-las em formas de editais ou de propostas, que a gente continue, então, montando isso com vocês e repassando isso pro Instituto Trocando Ideias executar. Eu



1317

1318

1319

1320 1321

1322

13231324

1325

1326

1327

1328

1329

1330

1331

1332

1333

1334

1335

1336 1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

1344

1345

1346

1347

1348



entendo que esse vai ser o fluxo. Só para a gente alinhar se é isso mesmo, para que a gente também entenda as próximas fases, que eu acho que vai estar aqui também quando a gente falar. Tem uma das pautas. Era só isso, era uma questão de esclarecimento. Presidente: Conselheira Lucimar, o pedido é acatado e sensibiliza a todos nós. E reforçar, Tiago, que sim, esse processo de desenho não muda a engenharia que a gente fez. O instituto vai estar agui para nos dar alívio com relação à plataforma, resultados, Power BI, os demonstrativos de dados, etc. E aí, assim, esse processo de escutas no interior, a gente já tem que começar a desenhar ele para o PAAR que estará vindo, que a gente, se Deus quiser, já é a pauta seguinte, que também já chama. E a gente entender como pode fazer isso de uma forma a ser conduzida, primeiro no interior e depois na capital. Eu acho que essa sugestão por calha é melhor, porque nos demandará menos recursos se a gente, com antecedência, antecipar os municípios que vão nos receber, de que chamem a calha para que estejam juntos. E a gente já colocar isso dentro de um processo que a gente precisa contemplar. E é nossa missão essa, é interiorizar. A gente já tem essa vontade de muito tempo. Isso já é um debate que está sendo feito pelo fórum e também pelo fórum de coordenadores e secretários, e também por nós que passamos por todas essas escutas, por essas buscas ativas que fizemos. E a gente vê quão necessário é estar fazendo essas escutas, inclusive para formar essas pessoas, para estarem à frente, entendendo o que é política cultural, como cobrar, onde cobrar, etc. Conselheiro Bjarne Furtado: As pessoas que trabalharam na busca ativa, esses recursos da PNAB do ano passado produziram algum tipo de relatório? É uma pergunta que eu queria saber. Já faz um tempo que eu queria perguntar isso. Alguém pode me responder? Presidente: Vocês receberam os relatórios por equipes. É isso. A gente não teve acesso. Já é uma solicitação que nós pedimos oficialmente. Eu pedi oficialmente para ter acesso. Existe um desconforto porque foram feitas reuniões de avaliação com alguns membros, e não nos chamaram para uma reunião de avaliação com os articuladores institucionais, que são de fato os principais. E aí a gente também pediu à Assessoria de Políticas Culturais que fizesse o seu relatório com base na experiência. Eu vou permitir que a assessoria responda, Bjarne, mas assim que esse material chegar para gente, ele será compartilhado. Anne Paiva: Então, as



1350

1351

1352

1353 1354

1355

13561357

1358

1359

1360

1361

13621363

1364

1365

1366

1367

1368

1369 1370

1371

1372

1373

1374

1375

1376

1377

1378

1379

1380

1381



equipes realizaram relatórios, apresentaram alguns relatórios a respeito das viagens e também houve reuniões com cada uma das pessoas, um dos componentes do grupo que foi para os interiores. Então, os senhores tiveram a reunião de articuladores institucionais? O pessoal de cadastro teve reunião de cadastro. Administrativo teve reunião de administrativo. E estão sendo compilados esses dados, inclusive o relatório da SPC, para ser encaminhado para os senhores. Obrigado. Presidente: Só para corrigir. A gente não teve reunião com os articuladores institucionais. O que foi feito é que dentro de cada equipe de trabalho tinha um administrativo, que fez um relatório sobre aquelas viagens. Depois foi feito com os grupos de profissionais, e nós não fomos convidados. Isso é uma coisa que a gente precisa corrigir para este ano. Então, a gente vai aguardar esse material, ainda dizendo que nós ainda não terminamos o processo. Ele vai ter um processo agora de busca ativa ainda desses cinco editais que estão para serem lançados. Mas sim, já podemos nos debruçar sobre esses materiais que foram dessa primeira fase da busca ativa com os editais de linguagem. Vou passar para a próxima pauta, pedindo para que sejamos breves para poder encerrar em tempo que é 8. PROCESSOS DE ESCUTA PAAR 2024/2025. Então, eu solicitei essa pauta para que a gente pudesse vislumbrar, Ana e Thiago, qual que seria o processo que a gente fará ainda este ano, lá dentro do PAAR. Não é normativa... como é que é? Mas assim, teve essa portaria. Eu não sei se é portaria do governo, do MinC, dizendo que a gente vai precisar gastar 60% para receber a parcela. E já é uma medida provisória, uma MP para gente já ir. E lá nessa medida provisória, ele fala das escutas do PAAR. Então, vou passar aqui para a SPC e pedir cinco minutos, por gentileza. Thiago Hermido: Bom, na semana passada, em Brasília, aconteceu uma reunião com os gestores estaduais de cultura junto com o Ministério da Cultura para falar dos novos ciclos da PINAB. Dentro desses novos ciclos, está essa questão das novas escutas. A medida provisória vai caducar, então, para que ela seja mantida, está sendo feita uma proposta de projeto de lei para a PNAB. Essa minuta de proposta de lei chegou para a gente hoje, mas não como documento. O Ministério não abriu esse documento, apenas o apresentou. Nesse documento já há algumas diretrizes que tratam da questão dos 60% de execução, das escutas, dos novos recursos que vão ser injetados na Lei Cultura Viva que



1383

1384

1385

1386 1387

1388

1389 1390

1391

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402 1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414



também sofrerá mudanças. Enfim, foram vários pontos discutidos. Esses pontos vão ser compilados numa reunião amanhã, às 9h da manhã, junto com o Ministério da Cultura e os gestores, para que até o dia 10 seja publicado esse novo projeto de lei. O PAAR não existe mais. Agora é apenas PAAR, porque a lei deixa de ter um ciclo dentro de um único ano fiscal e passa a operar por ciclos. Você termina um ciclo para iniciar outro. Ainda não está bem definido se eles vão abrir o PAAR duas vezes ao ano ou apenas uma. Aquela data de 1º de maio, que comentamos aqui, também pode ser prorrogada, tendo em vista que muitos municípios, especialmente da região Norte, não conseguem aplicar no tempo estipulado. Então é provável que essa aplicação seja adiada. O Ministério ainda não desistiu da ideia de sair dos 60% para 50%, devido à dificuldade que muitos municípios enfrentam para atender essa exigência, especialmente com a mudança de gestões e entrada de pessoas que ainda não têm pleno conhecimento do processo. Muito provavelmente, eles devem mudar tudo isso assim que a PL for publicada. A nossa proposta é sentar com os senhores para fazermos uma formação, discutindo cada item e esclarecendo dúvidas. Acredito que esse é o primeiro passo para iniciarmos o processo das novas escutas, que trará muitas alterações. Talvez consigamos fazer as primeiras escutas a partir de junho, já que o PAR deve abrir em maio. E o recebimento dos recursos, muito provavelmente, será em agosto. Então, se já tivermos boa parte dessas escutas elaboradas até lá, conseguiremos encaminhar o PAAR e receber o recurso. O Tesouro deverá solicitar esse recurso provavelmente em julho. O Congresso cortou 84% do recurso da PNAB para realocar em emendas parlamentares. Mas, como é uma despesa obrigatória, foi garantido aos gestores, na reunião com o Ministério, que o governo vai tentar remanejar esse recurso por meio de portaria. Esses recursos devem ser avaliados a cada bimestre, e essa avaliação contará com o número de projetos que atingirem os 60%, para que o recurso continue garantido a estados e municípios. A ideia também é que não exista mais o piso de cinco anos. Se isso permanecesse, em 2027, tudo que não fosse aplicado voltaria ao Tesouro. Com a nova PL, isso acabaria, e teríamos cinco ciclos o que vai variar de estado para estado, de município para município. O município não perde o recurso se não atingir os 60% em um ciclo; ele aguarda o próximo ciclo e solicita novamente. Se solicitou ao menos uma vez, tem a garantia dos cinco



1416

1417

1418

1419 1420

1421

14221423

1424

1425

14261427

1428

1429

1430

1431

1432

1433

1434

14351436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447



ciclos, desde que peça no PAAR. As regras de remanejamento também vão mudar. Não haverá mais remanejamento se o município não aplicar, porque agora não existe mais a devolução. O remanejamento só acontecerá se o município não solicitar o recurso. Essas novas regras virão na nova PL, que será bastante técnica, com muitas questões orçamentárias. Mas a ideia é melhorar a aplicação dos recursos e garantir segurança para estados e municípios, mantendo os 3 bilhões por ciclo. O maior receio era não garantir esses 3 bilhões e, no caso dos municípios do interior, era não conseguir atingir os 60% e ficar de fora da PNAB. Com os novos ciclos, isso muda. Ainda estamos entendendo na lei se esses ciclos terão 12 ou 14 meses. Isso será detalhado na nova PL. Como o Ministério ainda não autorizou o compartilhamento do documento, estamos aguardando a reunião de amanhã e a publicação da PL para apresentá-la aos senhores, discutir dúvidas e levar questionamentos ao Ministério. Acreditamos que, vencendo essa etapa atual de pagamento ainda este mês, já conseguiremos, a partir do próximo mês, planejar as etapas seguintes, incluindo as escutas mencionadas pela Lucimar. Assim, até agosto teremos tudo estruturado, para receber o recurso e lançar os novos ciclos de editais até setembro, no máximo. Essa é a previsão passada pelo Ministério na última reunião. Com relação às escutas, se conseguirmos fazer um bom planejamento, a partir de junho poderemos iniciá-las. A Anne também lembrou que precisamos ver com a nova gestão, com o secretário, o quanto do recurso ele consegue destinar para que a gente consiga realizar essas escutas no interior. Isso porque o recurso dos 5% estaria com o Trocando Ideias para este ciclo, e eles não podem nos pagar ou repassar valores para deslocamentos, contratações, etc. Teremos que ver outra forma de viabilizar isso. Talvez façamos uma formação com os senhores, para que vocês mesmos façam as mediações. É uma possibilidade. Vocês viram como é simples: seguindo os tópicos, colhemos os comentários e produzimos o relatório. O relatório pode ser feito pelo Trocando Ideias ou outro arranjo. Se não for possível irmos, faremos uma formação para cada conselheiro são 23 atuar em uma calha. Vocês levariam a apresentação que produzimos aqui. Há várias possibilidades, mas acredito que, a partir do mês que vem, já possamos sentar e iniciar o planejamento. E, em junho, começarmos as escutas para, em agosto, termos o PAAR bem estruturado e, assim que



1449

1450

1451

1452 1453

1454

14551456

1457

1458

1459

1460

1461

1462

1463

1464

1465

1466

1467

14681469

1470

14711472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480



recebermos o recurso, já lançarmos os editais. Anne Paiva: A gente não sabe a experiência real porque nunca aconteceu com a gente. Thiago Hermido: Na hora de fazer o PAAR, o município tem que comprovar que faz investimentos na cultura no valor que ele recebe. Por exemplo, nós, a Secretaria de Estado, por meio do fundo do conselho, R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais). Quando formos fazer a adesão, teremos que apresentar para eles que o estado do Amazonas investe mais de R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) em cultura para poder receber o recurso. Os municípios que não comprovarem que fazem investimentos em cultura não vão receber esse recurso. O que acontece, e isso ouvimos do próprio Ministério da Cultura, é que houve municípios que esvaziaram o seu recurso só para ficar com a PNAB e não fizeram mais nenhum outro tipo de investimento. Ele chegou a mencionar o número de municípios que acabaram fazendo isso, mas lá no mesmo lugar onde o Elson olhou, dá para ver tudo, inclusive quem tirou o recurso da conta e não aplicou em nada. Está tudo lá, nesse relatório do MinC. Nessa nova adesão, Lucimar, há vários processos. Você tem que fazer as escutas. Por exemplo. como o conselho aqui é consultivo e deliberativo, as escutas precisam ser aprovadas pelo conselho. Em alguns lugares, isso não é necessário. Só a escuta é suficiente. Não pode ir só ao conselho. Se for só um edital, um PAR feito apenas por um conselho, não pode. Ele pode ser feito por conselho e sociedade civil, ou apenas pela sociedade civil. Também é necessário comprovar esse investimento. Até onde sabemos, essa foi uma das discussões de hoje pela manhã: de que forma se comprova isso? Não é pela LOA. Beleza, mas nem tudo é atividade fim. Muita gente sai por aí dizendo: "A Secretaria de Cultura gastou R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de reais) no ano." Mas mais da metade daquilo é atividade meio: contas administrativas, aluguel de prédios, segurança, emenda parlamentar. Atividade fim é atividade cultural real. Mesmo uma atividade cultural é considerada atividade fim, sim, mas se você manda a LOA, o município pode mandar uma LOA com o recurso cheio para atividade administrativa, e isso não é investimento em cultura. Então o debate é: de que forma estados e municípios devem apresentar ali quanto investiram e quanto disso é atividade fim? E eu não sei se vai precisar descrever. Outra novidade, que é uma loucura e que ainda não sabemos como lidar, é que agora vamos ter



1482

1483

1484

1485 1486

1487

1488 1489

1490

1491

14921493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501 1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511

1512

1513



que subir todas essas informações dentro de uma plataforma que o MinC criou e não comunicou a ninguém. Ninguém sabe como vai ser. Teremos que subir tudo manualmente. Imagina o estado de São Paulo, com 20.000 inscritos. Como ele vai subir esse material? Nós aqui até que estamos tranquilos, com 2.000 a 3.000 inscritos. A gente consegue passar uns meses subindo esse material na plataforma. Amanhã, nessa reunião, vamos tentar entender que plataforma é essa e se vai ser a mesma também para o recebimento de projetos, porque ainda não sabemos. Uma das ideias do Ministério era justamente essa: criar uma plataforma única para todo o Brasil, mas não sabemos se isso vai dar certo. Estados e municípios vão ter que comprovar investimentos em cultura para poder receber esse recurso. O que está acontecendo nos municípios é que ninguém mais quer colocar rubrica de cultura no orçamento, porque já tem cinco anos garantidos da PNAB. E é isso que está acontecendo. Agora será necessário comprovar os investimentos do ano anterior. Por exemplo, nesse novo ciclo, estados e municípios terão que comprovar os investimentos realizados em 2024. Se o que foi investido em 2024 estiver abaixo do esperado. muito provavelmente não vão receber o recurso. A gente também está tentando entender no projeto de lei se haverá algum tipo de exceção ou se o município simplesmente não recebe nesse ciclo e só poderá tentar no próximo. Ou seja, o município vai ter que, obrigatoriamente, investir em cultura para receber recurso da PNAB. Anne Paiva: Em relação à LPG, todos os estados e municípios não podem tocar em recurso depois do dia 10 de janeiro. E eles só podiam tocar no recurso de primeiro a 10 de janeiro pra devolver pro MinC. Existem alguns casos, não só aqui, que muito município, os municípios, eles tiveram realmente um bloqueio judicial. E aí, depois de ter essa liberação pela justiça desse valor, ele tem que ser devolvido automaticamente para o MinC, pro governo federal, ele não pode ser utilizado pelo município. Não pode fazer nada, não pode fazer nada. Não, quer dizer, ele pode tentar administrativamente e falar com o MinC, o prefeito ir lá falar com o pessoal do Ministério da Cultura, mas é assim. Conselheiro André Durand: Se você quiser ter acesso ao edital da LPG, você deverá levar uma resma de papel ofício. E aí eu pergunto, cadê os 5% para operacionalização da lei? Quer dizer, conselheiro Elson, conselheira Lucimar, vocês que representam o Norte dentro do assento, para ter acesso ao edital. O



1515

1516

1517

1518 1519

1520

1521 1522

1523

1524

1525

1526

1527

15281529

1530

1531

1532

1533

15341535

1536

1537

1538

1539

1540

1541

1542

1543

1544

1545

1546



proponente que quisesse ter acesso ao edital tinha que levar na prefeitura uma resma de papel para poder consultar. Então é isso. Tendo 5% lá e não ser usado? É o que temos. Conselheiro Elson Rocha: Ainda hoje, a nossa reunião foi meio-dia, da executiva da PNAB. Então ainda tem muitas coisas que vão ser discutidas, porque a questão do recurso... tem prefeito que não dá a mínima, não vai. E aí, quando o governo federal diz que, nessa nova resolução, vai dizer que ele, mesmo assim, não vai perder, aí é que o cara vai ficar deitado mesmo e não vai fazer. Então, existem pedidos dentro do próprio Conselho Nacional, dentro da própria executiva, para que aqueles municípios que não executaram, que seja passado para o estado, porque tem município que não tem interesse algum. Pois é, e vai ser um caos, infelizmente, porque tem municípios que não estão nem aí. Um exemplo é Goiás, praticamente 70% dos municípios não fizeram nada, nada, nada. E não pode mandar para o governador também, porque ele não quer fazer também. Então, antes era o dinheiro retornar para ser redistribuído para o estado primeiramente e depois para novos municípios. E vai ser uma discussão grande, porque quando diz assim: "o município não perde", trazendo para nossa vida: hoje, o fazedor de cultura não perdeu nada? Ele passou o ano todinho sem receber nada. Ele perdeu, sim. Então essa linguagem não cabe. "Ah, o artista não ganhou nada." Ah, mas ele não perdeu nada. Só não ganhou nada. E aí isso vai doer muito nos municípios, principalmente na acomodação em relação à PNAB. **Presidente:** Bom, considerando que nós passamos pelos percalços dos editais da PNAB 2023/2024, abro a voz ao plenário de mais presentes para quem quiser se manifestar, no prazo de até dois minutos, sobre temas e assuntos de caráter deliberativo, mas de interesse deste Conselho. Abertas as inscrições. Anne Paiva: Eu tenho duas pautas, vou tentar falar rápido, olhando para o cronômetro. Eu acredito que os senhores também foram amplamente procurados pelos fazedores de cultura. Os fazedores de cultura estão com dificuldade de abrir conta bancária, estão com dificuldade de apresentar as documentações, dificuldade de ver certidões. Vocês sabem que teve um apagão aqui na cidade e algumas pessoas tiveram dificuldades na internet. Então nós, pela Secretaria, estamos ouvindo muitos pleitos dos fazedores de cultura para que, pelo menos os que vão vencer o prazo hoje, tenham mais prazo para conseguir apresentar as documentações. Isso foi debatido com o secretário e o



1548

1549 1550

1551 1552

1553

1554 1555

1556

1557

1558

1559

1560

1561

1562

1563

1564

1565

1566

1567 1568

1569

1570

1571

1572

1573

1574

1575

1576

1577

1578

1579



secretário concordou com uma prorrogação de prazo para juntada de documentação. Eu queria só informar para os senhores, dar ciência, e também ver se os senhores concordam. Acredito que alguns de vocês queiram se manifestar em relação a isso. Os prazos ficariam assim: o outro era dia 14. Exato. O dia 7 seria o prazo de entrega da documentação, abertura de conta bancária e certidões, que é hoje. Os prosseguimentos foram retificados. Seria dia 14 e dia 18 para o pessoal que termina hoje, dia , entregar a documentação para pagamento. Aí como ficariam os prazos? Acho que é importante falar: como vocês sabem, as pessoas não conseguem abrir conta bancária, não têm informação dos bancos nos feriados. E estamos passando por dois feriados agora, que vão ser o dia 21 de abril (Tiradentes) e o dia 1º de maio. Então, para adequar esses prazos também para os fazedores de cultura conseguirem apresentar documentação num tempo viável, ficarão todos os editais regulados da seguinte forma: - Apresentar documentação para celebração: até 17/04. -Apresentar documentação para pagamento: até **05/05**. Claro que a pessoa que já apresentou sua documentação já vai receber seu termo, e a gente vai fazer os pagamentos. Isso seria um prazo estendido de 10 dias para as pessoas cujo limite era até dia 14, ou seja, mais 3 dias. Porque temos gente cujo prazo vence hoje e gente cujo prazo vence no dia 14 (próxima segunda-feira). Aí, esse último não altera. Inclusive, talvez alguns tenham entrado em contato com vocês. Algumas pessoas já receberam o termo, mas honestamente, estamos batendo as planilhas com as pessoas que estão fazendo as análises de documentos, e metade das pessoas apenas entregou. Estamos falando de 440 pessoas contempladas. 200 conseguiram entregar a documentação. Seria um número grande para chamar de cadastro reserva. Esse é o tema 1. Presidente: Em votação: os prazos seriam reacomodados para o dia 17/04 (com documentos comprobatórios) e 05/05 (para os documentos de pagamento). Em regime de votação, permaneçam como estão os que aprovam. Então, aprovado. Anne Paiva: Aí os senhores me perguntaram como é que os senhores podem ajudar. As pessoas estão tendo dificuldade de abrir conta bancária, então, se vocês conseguirem auxiliar, ajuda muito. Tem gente que não sabe que existe NEON, existe PICPAY, tanto faz. A gente só quer uma conta que seja aberta. Qual é a regra? Aberta do primeiro dia do edital para cá. O edital abriu dia 13 de outubro.



1581

1582

1583

1584 1585

1586

1587 1588

1589

1590

1591

1592

1593

1594

1595

1596

1597

1598

1599

1600 1601

1602

1603

1604

1605

1606

1607

1608

1609

1610

1611

1612



13/10/2024. De 13/10/2024 para cá. Acabou. Essa conta bancária que não pode ter sido movimentada. É só isso. Além disso, certidões. Tem gente que está devendo IPVA e não sabe. Então vejam logo com os colegas de vocês como está o termo de abertura da conta bancária deles. Está com qual data? O extrato precisa ser zerado. É bom que o senhor está aqui, ele é conselheiro nacional, ele também sabe do Marco Regulatório de Fomento à Cultura. Ele diz que tem que ser uma conta aberta e específica para receber aquele recurso. Se um dia eu tinha uma conta bancária e mexi 10 reais naquela conta bancária, em 2022, e agora eu estou usando-a de novo, eu não posso usar. Se for uma nova conta bancária, com um novo número de conta, é uma nova conta. Acabou. Thiago Hermido: É porque ninguém solicitou. Tem que ver quem fez, vamos ver se foi no DARF ou no gabinete, mas não. A única orientação sobre banco digital, é importante para as pessoas verificarem se aquela abertura recebe o valor do prêmio. Porque o que acontece? Muitos trabalhadores da cultura abrem ali na rapidez, porque realmente o banco digital é muito fácil, muito simples. Mas eles têm um limite, às vezes 15, 20 mil reais. E aí, às vezes, o valor cai e não vai cair. Vai voltar o dinheiro, porque o banco não recebe, entendeu? Acho que a carta do edital que ele está falando pode ser um documento do edital mesmo. A própria premiação que ele ganhou. Pode ser esse, esse daí. Não necessariamente precisa do nosso documento. Se ele apresentar, eu sei, porque eu já fiz. É só a data de abertura. Se precisa, é o extrato zerado. Anne Paiva: INTER entrega fácil, NUBANK entrega fácil, o NEON entrega uma declaração. E por isso que a gente vai dar tempo para ele abrir. Desculpa, falta a segunda pauta. E essa pauta me foi direcionada pela chefia de gabinete. Como vocês sabem, vai ter o segundo Encontro Nacional de Gestores. O Thiago vai também representando a ASPC. Vão alguns outros servidores da Secretaria, porque nesse encontro foram solicitados alguns outros setores, e também foi encaminhado para os senhores para que houvesse uma indicação de um conselheiro para acompanhar esse Encontro Nacional. Vai ser em João Pessoa. O Thiago pode falar um pouco mais sobre ele. Thiago Hermido: Na reunião da semana passada, no Fórum de Secretários, foi solicitado para os secretários que levassem comitivas dos estados. Então, vendo ali mais ou menos a formatação dessas comitivas, a assessoria fez uma sugestão para o secretário de que levasse algumas equipes



1614

1615

1616

1617 1618

1619

1620

1621 1622

1623

1624

1625

1626

1627

1628

1629

1630

1631

1632

1633 1634

1635

1636

1637

1638

1639

1640

1641

1642

1643

1644

1645



e, dentro dessa equipe, também algum conselheiro de cultura, entendendo que seria legal para o conselho participar, ver como é que funcionam esses debates. Assim, é um debate único e exclusivo de gestão, mas a gente acredita que vocês, por estarem participando ativamente do que acontece aqui, seria legal ver também a realidade de outros estados, participar das oficinas e tal. A gente tinha sugerido um número de conselheiros, mas o gabinete nos devolveu falando que só pode levar um. Então, a gente queria ver com vocês se vocês podem fazer uma indicação. Muitos estados estão levando só um conselheiro. A maioria está indo com uma equipe bem grande mesmo, porque tem, por exemplo, debate sobre o novo PAC, o PAC e os CEUs da Cultura, que é um assunto muito complexo, que vocês mesmos estão vendo agora. A gente vai ter que abrir uma licitação para os espaços. Parece que vão reduzir o recurso por conta desse corte ou vão ver um outro recurso que não vai ser mais da PNAB para atender os CEUs da Cultura. Enfim, está uma loucura essa questão orçamentária. Então, eles solicitaram, por exemplo, pessoas do Departamento de Patrimônio Histórico, pessoas que saibam falar sobre licitação de prédios e tal, tudinho para participar. Então está indo uma pessoa do DPHA. A assessoria também solicitou dois, só que só está indo um da assessoria, que, por enquanto, sou eu nessa lista. Então, é isso. Infelizmente, já não cabe mais a gente decidir. A gente sugeriu, e agora estamos trazendo para vocês deliberarem se vocês podem e quiserem deliberar aqui, ou se quiserem ver entre vocês depois. A gente só precisa ter essa resposta o quanto antes para poder fazer as cotações. O encontro é nos dias 23, 24 e 25 de abril, agora no final do mês, em João Pessoa. A previsão é de quase 2.000 gestores de todo o Brasil. Não é só estado, é estado e município. Então, é isso. Presidente: Bom, eu quero dizer que essa pauta me foi apresentada na quinta-feira pela Simone. A gente recebeu, viu? Só que eu pedi para que a gente trouxesse para cá, para não ficar arbitrário. E não tem nenhuma indicação direta, e aí a gente precisa definir logo. Eu acho que se candidata quem pode, quem pode ficar três dias fora e participar. E aí, lembrando que, quando voltar, acho que a gente pode colocar isso como uma espécie de preceito nosso: que toda vez que for ter essas viagens, seja para o interior ou para qualquer outro lugar, que só vai um, porque, por exemplo, você foi convidado para um lugar, e ninguém mais foi convidado. Então traz um relatório,



1647

1648

1649

1650 1651

1652

1653 1654

1655

1656

1657

1658

1659

1660

1661

1662

1663

1664

1665

1666 1667

1668

1669

1670

1671

1672

1673

1674

1675

1676

1677

1678



mesmo que seja mínimo, apresenta um documento dizendo o que foi que aconteceu. E aí, quem se candidata? Vocês querem fazer sorteio, querem fazer isso agora, querem fazer depois? A chefia de gabinete precisa que a gente dê essa resposta entre hoje e amanhã, porque eles já estão precisando fazer as compras, as aquisições das passagens. Eu acho que tinha que ser mais de um. Vocês já não estarão lá na reunião, nem perto dessas reuniões. A reunião de vocês. aliás, é agora, já viajo amanhã, então, já em assuntos gerais, explicando que os dois membros aqui do Conselho Nacional estarão viajando para Brasília. Mas eles já fizeram o pleito deles de dois. Então vamos fazer o sorteio. Se tu puder anotar o nomezinho de quem pediu. Conselheiro Elson Rocha: Cadê o meu conselheiro da SEDUC, ainda está por aí? A gente já protocolou, já fizemos reunião junto à SEDUC. Nós levamos todo o conselho para lá para que fosse feita a abertura das escolas. E aí, o que acontece? A SEDUC diz que é o mesmo problema da SEMED. Eles dizem que não tem vigia para abrir a escola, mas, se eu pagar 50 BRL, a escola abre. Então, e essa situação aí que a gente precisa entender? Existe uma lei federal de abertura das escolas e, hoje, a prática cultural no meio da rua está muito ruim. E aí, a gente precisa ter o apoio da SEDUC, precisamos ter o apoio da SEMED também, que a gente já enviou o documento da comissão para lá e contamos com o seu apoio para a gente chegar até a SEDUC e desenrolar. Se for preciso, é um termo de compromisso, nós vamos fazer. Se a quadrilha, a dança folclórica falhar, nós estamos de acordo também que seja tirado da escola. Mas o fato é que esse diálogo precisa ser feito com a SEDUC nas aberturas das escolas. Obrigado. Conselheiro André **Durand**: Conselheira Jordânia Galdino, vai ser por indicação, vai ser por sorteio. Eu queria que abrisse a tela que eu pedi urgente. Vai ser sorteio? Não. Já coloquei lá o Hudson Carvalho, é. Praga Nascimento, já coloquei lá. Esse daí é o edital, eu acho que é o resultado. Aí, ó, eu queria compartilhar com vocês. Esse foi o resultado em Anamã, o edital dizia que o proponente poderia ganhar dois prêmios. E aí, analisando esses dois dias em Anamã, esse resultado foi proposital? Quem ganhou foi a Champions Limitada, deu título e ganhou um valor habitante. Ela foi contemplada e teve 10 pontos. E quem pegava os projetos para avaliar era um parente do próprio contemplado. E aí, ela foi contemplada de novo, na outra categoria, com o maior prêmio, tendo 10 pontos e o segundo



1680

1681

1682

1683 1684

1685

1686

1687 1688

1689

1690

1691

1692

1693

1694

1695

1696

1697

1698

1699 1700

1701

17021703

1704

1705

1706

1707

1708

1709

1710

1711



colocado, 9,9. E as outras categorias, conselheiro, mesmo que não tenham inscrição, eles não remanejaram para que esse suplente tivesse direito. E aí, mais um, o que chamou atenção foi essa. Eu não sei se foi esse Henrique ou um desses nomes aí, que é parente também, não sei o que, filme limitado Pechena. Nenhum deles é do município de Anamã, são do município de Manacapuru. A Champions é prestadora de serviço na outra gestão do ex-prefeito e eles já arremataram as maiores premiações dentro desse edital. O que na fala do conselheiro Élcio foi muito importante, a gente precisa estar nesses lugares, fiscalizando e ajudando esses fazedores de cultura, porque lá, secretário Pedro e presidente Pedro chegaram assim, "monta um projeto, aí é 1600 reais (mil e seiscentos reais), pode ser só uma foto." E aí, considera a Marli, nem a logomarca da PNAB, nem a logomarca do município, tem sequer à frente dos projetos, Tiago, ou no material de publicidade que lançaram aí. Então, eu fiquei muito surpreso. Como é que uma empresa lá, teve essa assessoria contratada, que foi esse senhor aí que pegou os editais e levou para casa, julgou e aí o próprio edital dizia que seria um membro indicado e mais dois membros. Só teve esse rapaz, não teve os outros dois membros da comissão. Então, não se sabe, aí houve, Tiago, a paralisação desse edital, porque houve a denúncia e a justiça de Anamã paralisou. Então, a gente precisa saber mais sobre esse recurso. LPG. aí, ele foi todo direcionado, eu acho que para pagamento de dívidas entre o município e o prestador de serviço. Aí não houve a premiação para a sala de cinema, um valor também exorbitante e não remanejaram para esses suplentes na sua categoria. Ali também, conselheiro Pedro, a qualificação no audiovisual, cine clube também não houve, nem festival. E assim, um edital muito estranho, conselheira Jordânia, que trata também sobre a oficina de teatro e nem sequer teve. Aí, fala que poderia ser contemplado. E a sociedade civil, ela não participou da elaboração desse edital, Tiago, que também deixou muitas suspeitas, porque seguraram o edital. O ex-prefeito. A modalidade, só para você ver como foi proposital. Olha, prêmios mestres e mestres saberes, consideram Lucimar, não houve os dois também. Não remanejaram. Espetáculo visual ali, ó, musical também não houve, 16 projetos. Esse está muito estranho, fala da pessoa jurídica, os valores. Olha só, quanto eles ganharam, esses daí são os menores prêmios, olha, só teve um avaliador e era o responsável até de pegar os projetos



1713

1714

1715

1716 1717

1718

1719 1720

1721

1722

1723

1724

1725

1726

1727

1728

1729

1730

1731

17321733

1734

1735

1736

1737

1738

1739

1740

1741

1742

1743

1744



e colocar debaixo do braço. Ele morando em Itapiranga e prestando serviço em Anamã. O de cinema. Curta documentário 1, curta-metragem 1. Quem fez já foi direcionado, Tiago, só a Champion ganhou. A mesma empresa ganhou os dois. Ele ganhou um prêmio de 40.000 e ganhou outro prêmio de 23.000. E aí, essa sala de cinema e esse valor aí, ninguém sabe onde está. Para onde foi e não houve inscritos, eles poderiam ter remanejado para o segundo colocado, que pegou 9.9. É muito estranho a Champion ganhar 10,10 e os suplentes ficaram com 9.9. É o que eu tenho para colaborar e mostrar para vocês o que acontece nos municípios do Amazonas quando a gente não está lá para ajudar e colaborar nessa questão. Obrigado. Vamos agora para o sorteio. Presidente: Então vamos registrar os que foram sorteados: o conselheiro Dudson em primeiro. Aí a gente vai pleitear para tentar levar mais um com o secretário. Foi o Wanderley e em terceiro lugar, fica como suplente a conselheira Jordânia. Registre-se. E aí, André, pede lá, amanhã tu chora lá com o Caio André, isso aí. Conselheiro Vanderley Pinheiro: Só para questão de esclarecimento, doutora, em relação à eleição do próximo secretário do conselho, a questão é essa, a gente já vai completar um ano de mandato do Pedro, já vai expirar. Como é que vai ficar? No meio do ano mudou. Como foi em maio. Então só para esclarecer que estava uma dúvida aí no conselho. Conselheira Marly: Só para doutora, com essa troca agora de datas, quando vai sair a lista para saber do cadastro reserva para poder avisar o pessoal de Itacoatiara que também estou aguardando bem, porque lá do edital de música, que é de circulação, até perguntei para a doutora, por causa do pessoal lá do colégio, o regente foi comigo e lá são 52 pessoas que estão aguardando o cadastro reserva, não do estado de música. Na modalidade de circulação. Aí ele foi lá comigo e expliquei, como a senhora explicou, que a gente tinha que aguardar o tempo para sair, porque eles olharam nas contemplações. Até agora, foram contemplados 4 de Manaus e 2 do interior. Somente se for remanejado vai pegar mais 2 de Manaus e automaticamente eles estariam fora. Então era por isso que eles queriam saber como seria essa forma de remanejamento. Se eles teriam chance ou não e como está sendo feita? Porque, no caso, seriam mais 2 de Manaus, no caso seriam 6 de Manaus e 2 só do interior. Anne Paiva: Vamos lá, vamos pegar um caso hipotético, vamos supor que, sei lá, em circulação música, a gente tem 6 vagas, 2 vagas para captação,



1746 1747

1748

1749 1750

1751

1752

17531754

1755

1756

1757

1758

1759

1760

1761

1762

1763

1764

1765 1766

1767

1768

1769

1770

1771

1772

1773

1774

1775

17761777



2 vagas para ampla concorrência, 2 vagas para interior, 2 vagas para indígenas, 2 para negros, 2 para PCD. Vamos supor que uma pessoa PCD não tenha apresentado, sei lá, uma certidão no prazo final. Nesse caso, a gente vai chamar uma pessoa PCD. Se a gente não tiver uma PCD, a gente vai seguir as regras de remanejamento que já estão previstas no edital para aquela categoria. Ok, mas vamos supor que são 6 vagas e todas as 6 vagas já estão preenchidas. E aí tem recurso remanescente. Esse recurso remanescente vai ser para chamar o cadastro reserva, que será pela lista geral por ordem, porque só temos as regras de remanejamento dentro daquelas vagas que já estão lá marcadas. O cadastro reserva, uma vez que você atendeu todo mundo que estava já previsto para as cotas, e a gente chama as cotas para interior, pessoa negra, pessoa indígena, pessoa PCD e pessoa trans. Uma vez que você atendeu tudo isso, é regra geral, e aí vai chamando todo mundo que está ali no cadastro reserva. Exato. Em relação ao cadastro reserva, ele foi prorrogado, então as pessoas terão mais prazo para apresentar as documentações. Só vamos saber quantas pessoas realmente não consequem adequar, né? Ou quantas pessoas vão desistir, porque, por algum motivo, a pessoa pode desistir, a prefeitura pode desistir, enfim. A gente vai ter essa resposta depois do dia 17 e, aí, a gente senta de novo com vocês agui para chamar o cadastro reserva. O dinheiro vai estar lá. Era o mesmo projeto? É, mas teve gente que ganhou e o estado e o município já mandaram e-mail. O edital dizia que ele podia mandar um e-mail optando pela contemplação, seja pelo estado ou pelo município. A gente tem alguns. Thiago Hermido: O mesmo projeto, aí ele não pode ser contemplado no estado ou no município, mas são projetos distintos e não pode. Anne Paiva: E lembrando da regra 2 pelo estado, então ele pode ganhar em teatro, música, artes visuais e cultura popular, mas não pode ganhar 3. E, aí, alguns também já passaram por essa guestão. A gente já fez essa peneira? Exato. Essas são vagas a mais também, que a gente vai trazer tudo para vocês, para vocês verem os cadastros de reserva. Thiago Hermido: Dia 17. A partir do dia 17, a gente senta, monta essas listagens, vê o que tem, já tenta estabelecer com vocês, dentro daquele cronograma, uma data para essa extraordinária, depois do dia 17. E, aí, a gente vai vendo essas questões e tudo. Presidente: É isso. Assim, sem mais manifestações ou assuntos a serem tratados em plenário, agradeço a presença

1779

1780

1781

1782 1783

1784

1785 1786

1787

1788

1789

1790

1791

1792

1793

1794

1795

1796

1797

17981799

1800

1801

1802

1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810



de todos e declaro encerrada está 38ª Sessão Ordinária. Solicito, ainda, a elaboração da ata e o encaminhamento da respectiva minuta aos membros para leitura, a qual será aprovada no expediente das próximas reuniões e, posteriormente, arquivada na Secretaria-Geral do CONEC, visando o devido registro nos arquivos do Conselho.

### CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO

Presidente – 38º Reunião Ordinária

Secretário Geral

### LISTA DE PRESENÇA

## **DE FORMA PRESENCIAL:**

1812

1813

1814

- Dudson Campos Carvalho Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
- Elson Silva Da Rocha Titular Representante da Cadeira de Folclore E Carnaval;
- Elson Silva Da Rocha Titular Representante da Cadeira de Folclore E Carnaval:
- 4. Jordania Damasceno Galdino Titular Representante da Cadeira de Teatro:
- Marcos André Durand Pereira Titular Representante da Cadeira de Dança;





- 6. Mencius Benavraham Melo Figueiredo Titular representante da Cadeira de Música;
- 7. Vanderley Pinheiro Titular Representante da Cadeira de Circo;
- 8. Lucimar Bezerra Marques Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular De Matriz Ibérica;
- 9. Roberto Sá Gomes Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;

#### **DE FORMA REMOTA:**

- 10. Cristina Helena Maia De Oliveira Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda;
- 11. Priscila Sena de Souza Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
- 12. Maick José Soares Tavares Titular Representante das Secretarias Municipais de Cultura do Estado do Amazonas;
- 13. Érica Dos Santos Nascimento Cintra Titular Representante da Zona Franca De Manaus:
- 14. Bjarne Lima Furtado Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;

#### **CONVIDADOS:**

- 15. Marly Nascimento Nogueira Suplente da Cadeira de Folclore E Carnaval:
- 16. Paulo Cesar Marques Holanda Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias:

## **ELABORAÇÃO DA ATA:**

17. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;





# TRANSCRIÇÃO:

18. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;

#### **ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:**

- 19. Anne Paiva Alencar Assessora jurídica SEC;
- 20. Thiago Hermido da Silva Assessor de Políticas Culturais SEC;

#### **EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:**

- 21. Symone Juliana Ribeiro Farias Assessora Administrativa;
- 22. Sérgio Ricardo Mota Cruz Assessor Jurídico;
- 23. Jennyfer Balbi e Silva Assistente Administrativa;

## TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

24. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.

